



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

EXTRATO DE ATA N.º 18/2015-CPJ, REUNIÃO ORDINÁRIA ADMINISTRATIVA DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2015.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às nove horas, no Plenário da Procuradoria-Geral de Justiça, sito na Av. Cel. Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, reuniu-se, ordinariamente e em caráter administrativo, o egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, presentes o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor **CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO**, Presidente, e os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, Doutores, **FLÁVIO FERREIRA LOPES, CARLOS ANTONIO FERREIRA COÊLHO, NOEME TOBIAS DE SOUZA, SUZETE MARIA DOS SANTOS, NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO, MARIA JOSÉ DA SILVA NAZARÉ, MARIA JOSÉ SILVA DE AQUINO, JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES, JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA, PÚBLIO CAIO BESSA CYRINO, ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE e JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, Doutores, RITA AUGUSTA DE VASCONCELLOS DIAS (Ausência Justificada), ALBERTO NUNES LOPES (Ausência Justificada), SANDRA CAL OLIVEIRA (Férias, 12.08 A 10.09.2015, Portaria 1386/2015/PGJ),**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

PEDRO BEZERRA FILHO (Ausência Justificada – Compromisso Institucional), **FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO DA CRUZ** (Ausência Justificada), **MAURO ROBERTO VERAS BEZERRA** (Férias, 26.08 A 04.09.2015, Portaria 951/2015/PGJ) e **CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** (Ausência Justificada – 1ª. Câmaras Criminal – TJ-Am). **I – Abertura, conferência de quorum e instalação da sessão:** Procedeu-se à verificação de quorum, sendo a reunião de pronto instalada, haja vista a presença de quatorze Procuradores de Justiça. **II – Leitura, discussão, aprovação e assinatura da Ata da sessão anterior:** Leitura dispensada, a pedido do Procuradora de Justiça Jussara Maria Pordeus e Silva, e com a aquiescência dos demais membros. **III – Leitura do expediente e comunicações do Presidente:** Damos boas-vindas a todos. Registro a Presença do Presidente da nossa Entidade de Classe, Dr. Reinaldo Alberto Nery de Lima e do Secretário Ad Hoc, Dr. André Virgílio Belota Seffair. Na Reunião Ordinária Administrativa de hoje, nós optamos incluir na pauta apenas um (1) item, tinham algumas outras colocações dos senhores e senhoras, igualmente importante, com certeza, mas pela eventual necessidade da discussão prosperar um pouco mais, nós entendemos que seria mais conveniente focarmos primeiramente neste item, até pela necessidade premente em virtude do prazo, de toda aquela situação que nós já sabemos, há inclusive necessidade de encaminhar para a Assembleia com toda aquele detalhamento e por isso, optamos por colocar apenas esse item na Pauta neste instante, a apresentação do orçamento referente 2016 da Procuradoria-Geral. O que é que nós temos? Nós optamos pela



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

seguinte metodologia, evidentemente que isso irá para relatoria, sem sombra de dúvidas, mas seria extremamente importante que todos nós de imediato contato até para sugestões, enfim, e aí eu convidei o Dr. José Alberto, Diretor de Planejamento para fazer uma explanação somente sucinta, enfim e evidentemente todos os dados serão distribuídos, encaminhados a todos, além da relatoria que receberá, até para que tudo seja feito com a participação de todos como a nossa própria Lei exige e é o mais prudente, lembrando apenas que para o ano que vem, ou seja, nesta formatação do orçamento para o ano que vem, que nós estamos discutindo, nós também discutiremos o Plano Plurianual de 2016 a 2019, daí, evidentemente a necessidade de tratar de forma maior, porque o orçamento é mais um dos itens evidentemente tratado no Plano Plurianual, então no momento, agora, vai ser apresentado pelo José Alberto a questão do orçamento, pensado pela Administração, antecipadamente também já colocando aos senhores que nós já conversamos, o orçamento que nós estamos executando neste ano, ele foi de duzentos e trinta milhões (R\$ 230.000.000,00) mais um milhão (R\$ 1.000.000,00) do Fundo do PROVITA que foi criado e perfez, portanto, o somatório de duzentos e trinta e um milhões (R\$ 231.000.000,00) e para o orçamento do ano que vem, nós recebemos da Secretaria de Fazenda e Planejamento, também em conjunto a projeção, naquilo que se projeta o Estado, portanto no nosso três ponto três (3.3), de duodécimo, o orçamento de duzentos e trinta e dois milhões e novecentos (R\$ 232.900.000,00), um acréscimo aí um pouco menos de três milhões de reais (R\$ 3.000.000,00), o que de qualquer maneira não teremos tanta sobra como nós últimos anos, que vem num crescente, Dr. Hamilton aqui é componente da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Administração Superior na gestão do Dr. Francisco sabe disso, mas de qualquer maneira, ainda bem não teremos um orçamento menor e esse era o nosso maior temor, teremos aí uma diminuição de parcela autônoma de equivalência, que dentro do orçamento atual em execução é de vinte e quatro milhões (R\$ 24.000.000,00), para o ano que vem é pouco mais de seis milhões de reais (R\$ 6.000.000,00) e nessa gordura aí é que vai nos permitir alguns remanejamentos para adoção de algumas medidas que necessitamos implantar, então se os senhores acharem conveniente, em vou passar a palavra para o José Alberto agora, para ele fazer a colocação e qualquer coisa a gente faculta a palavra e a gente começa a deliberar. Concordam? José Alberto, por favor. (... Inaudível...) Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Pois não, doutora, (...Inaudível...). Respondendo, o Sr. Presidente disse: Sim, perfeito, inclusive até, Doutora, enquanto ele está colocando, não vai ser diferente, o relator, que receberá, evidentemente que toda a estrutura do Departamento já vai ficar acompanhando, servindo de subsídio essas informações na análise que o relator irá falar, irá fazer, então a Comissão já começa a disposição imediatamente após a distribuição. Com a palavra, o Dr. **José Alberto da Costa Machado** disse: Senhores, em primeiro lugar bom dia a todos, pela primeira vez de forma formal, estou me apresentando perante o Colégio, eu quero antecipadamente registrar o meu pedido de desculpas por eventuais imprecisões ou necessidade de ajustes que certamente o trabalho vai ter, em razão de ser... discussão e dos prazos ser extremamente diminutos para um trabalho extremamente técnico e complexo, pode ser o PPA e seus componentes e também em razão das circunstâncias que nós vivemos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

na área de planejamento para a Instituição, então, portanto, isso nos levou a fazer um trabalho intenso nas últimas semanas, até dez horas da noite e não sempre tivemos oportunidade de fazer revisões mais aprofundadas, de qualquer maneira eu estou juntamente com equipe que tem me ajudado... Eu reproduzi uma cópia do que vou apresentar para os senhores, uma cópia dos slides, o material formal vai ser entregue mediante expediente adequado, isso ai é apenas para acompanhar os slides, porque a letra pode não estar adequada, então os senhores já poderão anotar, então, estaremos ao dispor na oportunidade desse processo para fazer os esclarecimentos necessários. Nós vamos falar apenas do orçamento de 2016, porém, eu gostaria de registrar que como deve ocorrer em todas as instituições públicas, nós devemos neste ano preparar o PPA, o Plano Plurianual da Instituição para os próximos quatro (4) anos, a ideia do planejamento público é que ele seja antecedido de um planejamento estratégico, segundo recomendações do Tribunal de Contas da União, que é uma expectativa de longo prazo, baseado em objetivos estratégicos da Instituição, portanto que ultrapassa quatro (4) anos, cinco (5) anos, etc, trata do futuro da Instituição, em seguida esse objetivo estratégico deve ser traduzido para um Plano Plurianual, esse já definido em Lei, que traduz o plano estratégico para instrumento formal do planejamento público, desse Plano Plurianual é que decorre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e por fim, a Lei de Orçamento Anual, é a maneira operacional de como você vai executar essa estratégia toda. Então, o trabalho que está sendo apresentado ao Procurador e conseqüentemente ao Colégio, é o Plano Plurianual, ou seja, não é apenas o orçamento, o orçamento de 2016 é apenas uma peça do Plano Plurianual. Nesta apresentação, eu



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

vou me deter apenas no orçamento. O Plano Plurianual contém uma estrutura em que nós fazemos uma rápida avaliação das circunstâncias do planejamento na Instituição, em seguida fazemos uma avaliação do que ocorreu nos últimos quatro (4) anos, dois mil e doze (2012) a dois mil e quinze (2015), que foi o período do PPA anterior, tentando mostrar a circunstância que vivemos e restrições orçamentárias e também as conquistas e avanços que foram obtidas, o pouco da análise da economia do Estado nestes quatro anos, as expectativas que ela se põe para esse novo quadriênio, para só então entrarmos nos aspectos quantitativos. É uma peça um pouco mais robusta, que representa, portanto, o Plano Plurianual, que é o que vai ser apresentado, mas hoje, repetindo, nós vamos nos deter apenas no orçamento para dois mil e dezesseis (2016). Na estratégia para fazer o planejamento de dois mil e dezesseis (2016), como o orçamento é uma peça detalhada, muito cheia de números, nós fizemos um incerto deste orçamento para apresentar apenas grandes grupos, os detalhes estão nos documentos que estão sendo apresentados e o cálculo ele começa com uma previsão do que vai acontecer até dezembro de dois mil e quinze (2015), ou seja, esse quadro que os senhores tem aí, é aquilo que se estima, deva acontecer em dezembro de dois mil e quinze (2015). Como ele foi calculado? Ele foi calculado com base no que já foi executado até junho deste ano e a projeção de julho até dezembro feitas com base nas médias e nas expectativas que se tem, isso significa dizer que começamos, portanto é a partir desses números que se espera estejam sendo efetivados em dezembro de dois mil e quinze (2015), é a partir desses números que o orçamento de dois mil e dezesseis



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

(2016), é projetado, como os senhores podem ver, nós tínhamos no início do ano, um valor muito maior do que esse total de dezoito milhões de reais (R\$ 18.000.000,00), no total do orçamento do Ministério Público, por quê? Porque no início do ano, em agosto do ano passado, inobstante às circunstâncias econômicas do Estado já nos apresentassem essas expectativas, havia ainda o otimismo, porém ao longo deste ano esse otimismo diminuiu e as dotações orçamentárias anuais e as expectativas de repasses para o segundo (2.º) semestre também diminuíram, o que faz com que a previsão é que no orçamento previsto para esse ano e tinha uma previsão maior, a estimativa é que ele chegue a ser de dezoito milhões de reais (R\$ 18.000.000,00). Com a palavra, o Sr. Presidente disse: É exatamente o que temos visto em todas as instituições e em todos os Poderes, há alguns meses dentro do nosso duodécimo programado, teria que vir dezoito milhões de reais (R\$ 19.000.000,00)/mês que perfaz o total de duzentos e trinta milhões (R\$ 230.000.000,00) ao ano, com a queda de arrecadação, a Secretaria de Fazenda, então, o Estado, ele está, na verdade em alguns meses ele tem feito o repasse já, menor, por isso dentro da projeção ele está trabalhando com o aspecto negativo, então a gente já trabalha para os senhores terem ideia dentro deste mês era para ser dezenove milhões de reais (R\$ 19.000.000,00), veio dezessete milhões de reais (R\$ 17.000.000,00), no mês anterior, dezesseis milhões e um quebrado, então, ainda bem que nós temos a reserva, aonde é que eu quero chegar? Não é calamitosa, estava tudo programado, a gente tem feito, mas por isso quando a gente fala o orçamento, duzentos e trinta milhões de reais (R\$ 230.000.000,00), na verdade a gente está trabalhando com uma projeção real, de duzentos e dezoito milhões



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

(R\$ 218.000.000,00), o que nos permite pagar todas as despesas, mas evidentemente trabalhando, ainda bem com prudência e aqui não cabe criticar outras Instituições, talvez não tenham tido, mas graças a Deus a situação do MP não é “periclitante”, mas evidentemente que uma coisa é trabalhar com duzentos e trinta outra coisa é trabalhar com duzentos e dezoito. Pode prosseguir, Doutor. Em seguida, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Então, na estrutura orçamentária do Ministério Público nós temos dois (2) grandes programas, um programa de apoio administrativo que é o programa padrão para o Estado todo, e nós nos dividimos, os três (3) principais grupos de despesa, pessoal, outras despesas correntes, que são as despesas de manutenção e os investimentos. E o outro programa que é um programa que trata do aperfeiçoamento da Instituição, como um todo é chamado programa de desenvolvimento da garantia atuação institucional, de igual maneira nós temos os grandes grupos, que são neste caso só as despesas correntes e os investimentos. Estima-se, portanto, que em dezembro de dois mil e quinze (2015), o programa do apoio administrativo terá efetivado uma despesa de cento e oitenta e seis milhões de reais (R\$ 186.000.000,00), dividida dessa forma, pessoal, cento e setenta e quatro milhões de reais (R\$ 174.000.000,00), as outras despesas correntes onze milhões, setecentos e noventa e seis mil reais (R\$ 11.796.000.000,00), que trata de serviço de água e luz e administração da unidade como um todo e reiterando que nestas outras despesas correntes está incluso as verbas de amparo ao servidor, que não obstante serem verbas de pagamento de pessoal, elas são consideradas aqui outras despesas correntes e no programa de desenvolvimento de garantia institucional, as outras despesas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

correntes, estão as despesas de amparo ao servidor, que nós dividimos em dois grupos. A despesa de amparo aos membros e servidores que representam vinte e seis milhões (R\$ 26.000.000,00) e as demais despesas correntes, normalmente associada ao apoio às atividades fins do Ministério Público, os investimentos e o total R\$ duzentos e dezoito milhões (R\$-218.000.000,00). Esta foi a base sobre a qual nós introduzimos as expectativas da Instituição para projetar o orçamento de dois mil e dezesseis (2016). As estimativas de receitas para dois mil e dezesseis (2016): Nossas fontes de receitas são repasses, legal, dos três vírgula três por cento (3,3%), a fonte cem (100), que neste ano foi estimado em duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais (232.954.000,00) e as outras receitas são receitas de convênio com o Ministério da Justiça, do PROVITA, repasses fundo do tesouro estadual, exatamente para esse Fundo, o PROVITA e também algumas receitas decorrentes de aplicações financeiras, que já são financeiras e pagamento de serviços e restituições que são feitas, que dá esse valor que está distribuído, todos eles vão para o FAMP, nesse caso das outras receitas, o que constitui, portanto, uma expectativa de receita em relação ao FAMP, de um milhão, cento e sessenta e dois (R\$ 1.162.000.000,00), do PROVITA um milhão (R\$ 1.000.000,00) e da PGJ, duzentos e trinta e três milhões (R\$ 233.000.000,00), porque inclui os duzentos e trinta e dois milhões (R\$ 232.000.000,00) do repasse legal mais oitocentos e cinquenta mil (R\$-850.000,00) de convênio com o Ministério da Justiça. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Professor, fazendo só um parêntesis, exatamente de acordo com esses códigos, então nós temos o nosso principal, evidentemente nós temos três (3), a grosso modo, três (3) fundos, três (3) fontes de receitas, que seria da PGJ,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

dentro da projeção do que o Estado nos passou para o ano que vem, que será esse aqui embaixo, onde tem o primeiro fonte cem, (100) de duzentos e trinta e dois milhões, novecentos e trinta e quatro reais (R\$ 232.934.000,00) e aí o do FAMP que realmente é um Fundo à parte, dentro daquilo que a gente trabalha com receita prevista de um milhão, novecentos e cinquenta e dois milhões de reais (R\$ 1.952.000,00) e o do PROVITA que foi criado por lei e que até então, até dois (2) anos atrás, mais ou menos, o PROVITA entrava na nota da PGJ, em que era contra partida da PGJ e o Ministério da Justiça. Com a criação do Fundo do PROVITA em que o Governo do Estado passou a dar um aporte, entrou com a uma rubrica própria, é a terceira fonte de receita, então, juntando todas essas três (3), nós trabalhamos com essa expectativa de duzentos e trinta e três milhões, oitocentos e quatro mil reais (R\$-0233.804.000,00), então é essa a ideia, professor, pode continuar. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Então, projetada essa receita, nós, então, colhemos as demandas da Instituição, as orientações da Administração Superior e as demandas dos diversos órgãos internos e baseados naquilo que foi estabelecido como prioridade para o quadriênio, para o PPA, parte relacionada à priorização do PPA, nós vamos expor agora, as orientações daquelas premissas que foram adotadas para projetar o orçamento de dois mil e dezesseis (2016), então, em relação à folha de pagamento, as providências referentes à instalação e provimento de novas Promotorias na Capital e posse de novos Promotores no Interior, estima-se um acréscimo em relação a dois mil e quinze (2015), na folha de pagamento, de dois milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais (R\$ 2.641.000,00), reiterando que cada número destes, está devidamente detalhado no documento completo. Outro item que tem impacto na folha de pagamento, a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

equiparação dos Agentes Técnicos em geral, aos Agentes Técnicos Jurídicos, a partir de março de dois mil e dezesseis (2016), o que representou acréscimo, aproximadamente de um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil (R\$ 1.574.000,00). Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Professor, só fazendo um adendo, a letra “a”, evidentemente quando se coloca aproximada dois milhões e seiscentos mil reais (R\$ 2.600.000,00) na letra “a”, é um valor para o ano, não é o valor do mês, claro e trabalhando-se com a posse dos novos Promotores, quando da conclusão do concurso, evidentemente, até que até como nós estamos tratando do Edital e como é de conhecimento de todos os senhores, o concurso não é uma coisa tão curta, nós trabalhamos com uma projeção de posse para o final do primeiro semestre do ano que vem, início do segundo, se não houver os questionamentos naturais, que um concurso trás na esfera judicial. Em relação a essa letra “b”, partindo daquela ideia que nós colocamos no início, que evidentemente tudo é explicitado, é que houve uma mudança na lei aqui dos servidores, um ano e inicialmente o concurso era para Agente Técnico e em sendo Agente Técnico, tinha essas divisões naturais dos Técnicos Jurídicos, Contador, enfim, isso seguia um padrão de remuneração idêntica. Num determinado momento, por opção da gestão anterior, houve mudança na lei e o Agente Técnico Jurídico foi remunerado a maior, o percentual de reajuste veio de forma diferenciada, isso, naturalmente, trouxe reivindicações dos outros servidores, nesse aspecto, que quando fizeram concurso era de Agente Técnico, independente da carreira, da atividade e nós colocamos aos servidores e eu volto a colocar aqui para Vossas Excelências, tudo que está ai, evidentemente que nós trabalhamos com projeção, precisa estar previsto no orçamento, para havendo a possibilidade



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

nós implementarmos, é isso que nós precisamos discutir e aí essa letra “b”, na verdade ela entra exatamente numa equiparação, nós estaríamos aí trazendo a equiparação dos outros Agentes Técnicos, Contador, Assistente Social, Psicólogo, enfim, Economista, Engenheiro, todos os outros Agentes Técnicos passariam a receber a mesma coisa dos Agentes Técnicos Jurídicos, que ficou defasado, no meio da corrida a remuneração ficou diferente entre eles, é um pleito de uma grande parcela de servidores, hoje quarenta (40) servidores de encontram nessa situação de defasagem em relação aos Agentes Técnicos Jurídicos. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Os valores que nós estamos colocando aqui, são referentes ao ano e a forma como eles foram calculados, os meses a partir do qual eles começam a ter validade e o quantitativo de referência não estão no documento, eu estou apenas me referindo ao aspecto da orientação recebida da Administração Superior. O item “c”, ainda soba folha de pagamento, é o pagamento do remanescente da parcela autônoma de equivalência para membros ativos, inativos e pensionistas, de janeiro a dezembro de dois mil e dezesseis (2016), o que representa aproximadamente o valor de seis milhões, quinhentos e cinquenta e um mil reais (R\$ 6.551.000,00). Registra-se que para dois mil e quinze (2015) essa rubrica foi estimada em vinte e quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil reais (24.546.000,00) que é o que se espera ter no total até dezembro de dois mil e quinze (2015). O item “d”, a recomposição da depreciação do valor de subsídio dos membros em percentual de um por cento (1%), a partir de janeiro de dois mil e dezesseis (2016), o que representa aproximadamente novecentos e sessenta e nove mil reais (R\$ 969.000,00). E o item “e”, recomposição da depreciação do valor dos salários dos servidores, no percentual de um por cento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

(1%), a partir de janeiro de dois mil e dezesseis (2016), o que representa, aproximadamente, quinhentos e sessenta e nove mil reais (R\$ 569.000,00). Com a palavra, o Sr. Presidente disse: O que é que acontece aí, senhores? Eu determinei para a Diretoria de Planejamento, juntamente com toda a equipe, que fizesse uma projeção de quanto sairia cada um por cento (1%) de reajuste, tanto para membros quanto para servidores. O Supremo Tribunal Federal, isso no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, causou uma povorosa, o Supremo Tribunal Federal encaminhou a proposta de dezesseis por cento (16%), de reajuste para o ano que vem, dos seus subsídios e por tabela, isso tem repercussão aqui conosco, vários Procuradores-Gerais, para ser sincero, senhores, todos os Procuradores-Gerais passaram a ficar extremamente preocupados porque a conta não fecha, dentro de uma projeção de orçamento para o ano seguinte. Com a crise que se instala, não fecha a conta, em reajustar em dezesseis por cento (16%). É possível? Sim. É possível fazer para o Estado do Amazonas? Sem sombra de dúvidas, isso evidentemente importará em remanejamento de outras áreas, se vier a nível federal, por efeito cascata, evidentemente que a coisa vai ter que ser feita, em ser tendo condição, nós já temos previsão, aí é possível, evidentemente vai dar um trabalho muito grande. Na reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, semana passada, o Dr. Janot estava presente e foi um dos itens que nós estávamos conversando, para saber qual foi o encaminhamento que o Ministério Público da União fez. Ele me deixou muito claro e este é o entendimento, evidentemente com as reservas de estilo, de que não vingará, a probabilidade é de que isso seja fracionado em três (3) anos, então será cinco ponto alguma coisa, para cada janeiro, isso é o entendimento hoje, pode ser que nem seja isso, nós estamos em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

agosto e isso só virá em janeiro ou pode até ser que seja o fechado geral. Então, em suma, a mesma coisa no item “e” em relação aos servidores. No que diz respeito a data base que tem sido feito com eles, nos últimos anos reajustou dez por cento (10%), uma média e nesse ano foi oito por cento (8%), sempre acima da inflação. Evidentemente que isso só foi possível em virtude de que a injeção de orçamento para cada ano subsequente, sempre veio a maior e nestes últimos quatro (4) anos, uma diferença discrepante em alguns anos para os mais próximos, para maior e que permitiu toda essa projeção ai, em quatro (4) anos os servidores ter um reajuste de trinta e oito por cento (38%), a grosso modo, mais ou menos. Como para a projeção para o ano que vem, era de duzentos e trinta e agora, duzentos e trinta e dois, evidentemente que isso dá meio por cento, nós temos que ser prudentes, evidentemente, então, todo mundo gostaria de ter um reajuste altíssimo, isso é óbvio, mas evidentemente que não podemos fazer mágica, na realidade nós só podemos trabalhar naquilo que o aumento real e ai a orientação que eu repassei para a Diretoria, que faça um cálculo em cima de cada um por cento (1%), então nós temos a ideia, portanto, que se aumentar a cada um por cento (1%) de aumento de subsídio para membros, será novecentos e sessenta e nove mil (R\$ 969.000,00) o ano e cada um por cento (1%) de aumento de vencimento para servidor, será quinhentos e sessenta e nove mil reais (569.000,00) ao ano e ai nós temos condição, já chegando no início do ano que vem, daquilo que está efetivado, saber se é possível fazer em cinco (5), fazer em oito (8), fazer em dezesseis (16), ou só fazer em um, de acordo com a realidade, então, a metodologia foi para que fosse discriminado, eu preciso saber a cada um por cento (1%) e ai em cima disso eu tenho condição de fazer as adequações de acordo com



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

a nossa realidade. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: O segundo grande grupo, é administração de serviço de energia elétrica, água, esgoto e telefonia, as previsões que nós quisemos refletir em dois mil e dezesseis (2016) foram as despesas relacionadas com a Unidade de Adrianópolis e os reajustes de valores de contratos que foram pactuados, já estão em andamento, que nós estimamos em torno de cento e cinquenta mil reais (R\$ 150.000,00). Em seguida, o Sr. Presidente disse: Professor, essa questão da despesa com a nova Unidade de Adrianópolis e a nova Unidade de Adrianópolis ainda não está operando, é em virtude daquela necessidade premente que eu tenho compartilhado com os senhores e senhoras, da necessidade de termos um local para receber os colegas que estão desempenhando as atividades no Fórum Henoch Reis, já que a presidência do Tribunal com a necessidade de ampliar a prestação do serviço do Poder Judiciário, no Fórum Henoch Reis, ao longo desse ano tem solicitado a utilização dos espaços que o Ministério Público tem utilizado, então, a Administração, portanto resolveu se antecipar, é uma coisa óbvia, a necessidade de nós irmãos para um local que seja bancado pelo Ministério Público para poder receber todos os colegas, então, nós já trabalhamos por isso, a necessidade de incluir no orçamento, até para poder ter de onde tirar orçamentariamente, a aplicação desses recursos e aí, portanto, já se faz uma projeção indo para o imóvel, quando será a despesa de luz desse imóvel para o ano seguinte. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Outro item, é a Administração da Unidade. Nós temos aqui, os seguintes itens, reforço no valor para conservação e limpeza para dezoito (18) Promotorias do Interior, com previsão de início a partir de dois mil e dezesseis, o que vai representar aproximadamente quinhentos e trinta e sete mil reais (R\$



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

537.000,00). O segundo item, reforço no valor das diárias, em razão do aumento da demanda para atender um crescimento em torno de cinquenta por cento (50%), cinquenta e dois (52%), cinquenta e três (53%). Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Essa questão do reforço das diárias, já trabalhando com as possibilidades que o ano eleitoral municipal vai causar, o concurso estando homologado e os colegas empossados, evidentemente que o problema está resolvido, é algo que se reduz significativamente, mas evidentemente que a Administração tem que pensar em todas as probabilidades, então essa é a ideia, precisa estar no orçamento, não necessariamente será gasto com isso, mas precisa estar na rubrica própria para o orçamento para nos facilitar, em havendo necessidade de designação de colegas da Capital para ir ao Interior cobrir determinadas faltas, precisa ser feito. Prosseguindo, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** questionou: Só uma perguntas, a gente pode fazer uma observação em cada item, ou só no final, porque muda de assunto? Respondendo, o Sr. Presidente disse: Não, fique a vontade, a ideia é otimizar. Falta muito pouco, dois (2) ou três (3) slides, no final ele esclarece. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Então os outros itens da Administração da Unidade, tem a ver com reajustes de alugueis de estacionamento do prédio do Aleixo, reajuste na renovação da licença de software que já estão em uso e representava o valor aproximado de quarenta e três mil reais (R\$ 43.000,00) e o item “e”, são manutenções imprevistas de infraestrutura, se queima um gerador, acontece um incêndio, um sinistro e essas previsões não são objetivas, porque depende da expectativa de engenharia, setenta mil reais (R\$ 70.000,00). Aqui, este item é importante a ser considerado, porque essa é uma rubrica que tem a ver com o pessoal, porém paga como verbas da área de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

outras despesas correntes, então o que está previsto? Pagamento de auxílio saúde, adicionais em razão da complementação do quadro de membros e servidores, o que representa, aproximadamente, duzentos e sete mil (R\$ 207.000,00), ou seja, na rubrica vai crescer dezessete mil (R\$ 17.000,00), dada a expectativa de novos membros e servidores. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Professor é exatamente essa questão dos membros, já é contando com os novos Promotores empossados e os servidores que nós estamos chamando, acabamos de assinar, chamando alguns outros servidores que restavam do concurso e aí, portanto, tem que fazer a projeção já também do auxílio saúde para membros e servidores. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Na verdade, dos três (3) auxílios, tanto alimentação, quanto moradia, também segue a mesma lógica, em razão do aumento do quadro. As despesas correntes do Programa Desenvolvimento e Garantia da Atuação Institucional, nesse programa, os senhores terão oportunidade de observar que ocorreram uma aglutinação de várias ações orçamentárias que nós tínhamos, mas em compensação houve o reforço do total delas, naquilo que diz respeito à atividade fim, a inclusão de uma nova ação orçamentária muito ligada a combate à corrupção de organizações criminosas e um ajuste na questão da segurança da atuação institucional, esses detalhes todos estão na peça, de tal sorte que passa esse programa, houve um ajuste, um acréscimo de aproximadamente um milhão de reais, duzentos e quarenta um mil reais (R\$ 1.241.000.000,00), Do orçamento da PGJ, pelo orçamento do FAMP, quatrocentos e setenta e oito mil reais (R\$ 478.000,00) e do PROVITA de seiscentos mil reais (R\$ 600.000,00), são os acréscimos que foram feito nesse programa. Com



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

a palavra, o Sr. Presidente disse: Professor, em relação a essa questão deste programa, o que é que nós percebemos? Tradicionalmente, isso diz respeito às Coordenadorias. Tradicionalmente as Coordenadorias tinham como previsão no orçamento, gastar até oitenta mil reais (R\$ 80.000,00), por Coordenadoria e nós, ao analisarmos, nós constatamos que esse orçamento não era utilizado, era coisa e os senhores sabem melhor do que eu, as Coordenadorias muitas vezes elas não atuam em conjunto e aí por culpa da própria Administração Superior não há uma estratégia definida de atuação em conjunto e aí terminava o ano e esse orçamento a maior parte das Coordenadorias não faziam, na verdade a maior parte, para não dizer todas, houve uma situação ou outra de um curso que foi feito com essa rubrica, de aperfeiçoamento dos colegas, mas o que é que nós optamos, aglutinar tudo, como uma política institucional, então na verdade esse orçamento na verdade fica dentro de um programa para que todas as Coordenadorias em conjunto definam a estratégia de atuação e como vai ser gasto esse recurso, é aquela ideia de finalmente nós podermos sentar juntos e definir a atuação das Coordenadorias participando ativamente. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Essa ação a que ele se refere, passou a ter o nome de Fortalecimento da Atuação Institucional e da participação social nas funções do Ministério Público, essa ação orçamentária que vai ter um reforço significativo, ela está aglutinando as antigas ações orçamentárias, direcionadas à defesa do meio ambiente, proteção ao patrimônio público, que se juntaram para compor um fundo global, para que todas as Promotorias possam fazer uso dele, sobre essa titulação de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

fortalecimento da atuação institucional e da participação social nas funções do Ministério Público. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** questionou: Fundo não no sentido técnico? Respondendo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Não, não, não, um valor disponível, uma dotação orçamentária disponível, é uma rubrica. Tem outras considerações, mas só mais uma, antes, nós tínhamos uma ação orçamentária, chamada: “Encontros, Seminários e Eventos”. Portanto com uma amplitude muito restringida a isso e ela foi mudada para promoção de eventos e iniciativa técnico-acadêmica, o que significa dizer que nessa ação você vai computar curso de mestrado, doutorado, especializações, pesquisas eventuais e não apenas seminários ou pequenos eventos, uma palestra, mas para permitir um suporte orçamentário para essas ações de mais profundidade do ponto de vista técnico e técnico-científico. Em relação a investimentos que foi uma área bastante retraída em dois mil e quinze e nos anos anteriores, como vocês vão ter oportunidade de ver no documento, este ano apesar das dificuldades que se apresentam para a área financeira do Estado, estão previstos neste orçamento de dois mil e dezesseis, as seguintes orientações: No orçamento da PGJ, um acréscimo de dois milhões, oitocentos e oitenta e nove mil reais (R\$ 2.889.000.000,00), com este acréscimo passou-se o total de recursos para investimento no orçamento da PGJ, de três milhões e quatrocentos mil reais (R\$ 3.400.000,00), que são destinados, neste caso, à construção, reforma e aparelhamento das atividades administrativas e operacionais, fortalecimento da segurança para atuações institucionais e ações vinculadas ao PROVITA. Com a palavra, o Sr. Professor, exatamente este reforço dentro do orçamento é visando aquelas novas despesas da explanação que o Major fez aqui, da questão da Segurança



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Institucional, de câmeras de identificação, enfim, os recursos que poderiam ser utilizados também para isso ai dentro da rubrica da PGJ. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: No orçamento do FAMP, em particular, há um acréscimo de um milhão, novecentos e sessenta mil reais (R\$ 1.960.000.000,00), que vai perfazer um total de disponibilidade de um milhão, setecentos e noventa mil reais (R\$ 1.790.000.000,00), todos destinados à construção e reforma do aparelhamento das unidades administrativas, sobretudo no interior e bastantes na Capital, no prédio sede, que estão listadas no documento completo. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Perfeito, na verdade, é assim, quando a gente coloca na letra B, do orçamento do FAMP, acréscimo em relação a dois mil e quinze (2015), de aproximadamente um milhão, novecentos e sessenta mil reais (R\$ 1.960.000.000,00), qual é a receita que se projeta da rubrica própria do FAMP? Passou a ter um valor total de dois milhões, setecentos e noventa mil reais (R\$ 2.790.000.000,00), também destinado à construção, não é que todo recurso do FAMP vai para a construção, nós temos uma gordura no FAMP, hoje, de doze milhões de reais (R\$ 12.000.000.000,00), a Doutora Antonina aqui acompanha a Comissão, já foram destinados para a despesas de computadores, enfim, então é só para deixar claro que uma parte da projeção para o ano que vem, com este acréscimo de hum milhão e novecentos mil reais (R\$ 1.900.000.000,00), é que dois milhões, setecentos e noventa mil reais (R\$ 2.790.000.000,00) será destinado para a construção e reforma, incluindo o projeto sede-própria no interior e aqui, fundamentalmente nesta sede, a reforma do prédio com as adequações que se fazem necessárias, Dr.^a Delisa no meu pé com a situação do TAC para acessibilidade de que precisa ser necessário e as instalações de banheiro, de tudo, enfim,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

as reformas que o prédio nosso, isso aqui precisa ser feito. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costas Machado** disse: O PROVITA essa rubrica é em função do convênio que é feito com o Ministério da Justiça que há uma previsão de cem mil reais (R\$ 100.000,00) para investimentos. Bem, esse conjunto de orientações e premissas que foram estabelecidas lá atrás, foram explanadas, elas fazem com que o orçamento referente a dois mil e dezesseis (2016) tenha esse valor, ou seja, duzentos e trinta e três milhões, setecentos e sessenta e seis mil (R\$ 233.766.000,00), sempre reiterando que esse quadro é apenas um resumo de anexo que está detalhado, por seu lado, esse anexo, é, na verdade, um resumo do orçamento mais detalhado ainda, para os senhores não terem que lidar com detalhes, ele tem um caráter de sintetização de tal maneira que a gente parta dos grandes números e se você quiser detalhes vai a eles e tal. Então, apenas para informar, eu acho que vale a pena destacar de forma muito rápida, dos duzentos e trinta e seis milhões (R\$ 236.000.000,00) do orçamento total do Ministério Público, uma atenção especial deveria ser vista aos gastos com pessoal, que estão previstos, cento e oitenta e sete milhões (R\$ 187.000.000,00) mais os vinte e seis milhões (R\$ 26.000.000,00) do amparo e valorização, que isso representa, portanto, duzentos e treze milhões de reais (R\$ 213.000.000,00), duzentos e quinze milhões de reais (R\$ 215.000.000,00) por aí, então, de duzentos e trinta e seis milhões (236.000.000,00), você tem duzentos e quinze milhões de reais (R\$ 215.000.000,00), duzentos e treze milhões de reais (R\$ 213.000.000,00) para pessoal, mais outros gastos com a administração da unidade, água, luz e contratos que são imprescindíveis à Administração Pública, ao funcionamento dela, depois você tem os contratos de serviços, de computação, etc, você,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

então, traz o teto do orçamento do MPE, para um limite extremamente restrito a outros tipos de operações na melhoria da Instituição, mas isso é, naturalmente, assunto para os senhores, nós estamos apenas expondo os números ai. No documento há uma série de prioridades que vocês vão ver, a gente tenta direcionar um pouco desses recursos que estão ai apertados entre o orçamento e a demanda efetiva de pessoal para essas melhorias, melhorias que também nós vamos chamar atenção muito em relação à questão tecnológica, porque apesar de um maior capital nosso serem os membros, os Promotores e os servidores também, os membros e os servidores, mas hoje, os membros e os servidores sem recursos tecnológicos, eles perdem a sua capacidade de efetivação, por isso esse avanço na área tecnológica, computacional, é mandatória, porque se não um Promotor amanhã terá de fazer uma investigação de facção criminosa, usando “deep, web”, internet profunda, ele vai precisar de tecnologia de primeira categoria, então, portanto, é algo que tem que ser examinado com bastante atenção. Bem, esse aqui é a primeira página do orçamento detalhado, eu só coloquei a primeira página só para dizer aquilo que eu falei ainda agora ao Dr. Roque, ou seja, este é o nível mais detalhado. Este orçamento que está anexado, ele produz uma folha, ele resume e em seguida esta folha que resumi, gera aqueles quadros que eu mostrei, estão em nível de hierarquia apresentados. Bom, em relação ao orçamento de 2016 era isso que nós tínhamos a apresentar. Estou ao dispor. Em seguida, o Sr. Presidente disse: Obrigado. Por uma questão de ordem de inscrição, a Dra. Jussara pedi a palavra e o Dr. Carlos. Dr. Carlos a palavra está com Vossa Excelência. Prosseguindo, o Procurador **Carlos Antonio Ferreira Coêlho** disse: A minha indagação é referente a uma questão de ordem. Eu vejo que há dois (2) itens aqui



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

desses que foram apresentados, a efetivação de um, necessariamente afastará a incidência do outro, de áreas de subsídios dos novos Promotores, se nomeados forem, então, necessariamente, a efetivação de um vai eliminar a despesa em razão de outro, são rubricadas diferentes com relação a outros itens, certamente vai sobrar alguma verba. Eu pergunto, então, em se tratando de rubricas diferentes, certamente se não utilizar vai devolver dinheiro que esteja sobrando, seria, então, viável, tratando-se de rubricas diferentes, utilizar esta verba em outra rubrica? Por exemplo, investimento, ao invés de devolver, sem o aspecto técnico ser violado? Respondendo, o Sr. Presidente disse: Do ponto de vista técnico, o Professor José Alberto melhor do que ninguém pode lhe explicar, mas sem sombra de dúvidas, Professor, o que é que nós nos preocupamos? Como são as várias alternativas, como são os vários cenários, nós nos preocupamos num primeiro trabalho, na visão mais negativa possível, mais pessimista possível, por isso abarcar o máximo de despesa dentro de um orçamento que nós poderíamos ter ao longo do ano, para saber se é possível, com a projeção orçamentária que nós de cumprir e é isso que os senhores tem em mãos, esse daí é o cenário mais negativo possível, então vai dar para honrar e ai e ai, evidentemente, como são cenários muitos deles projetados, como bem o senhor colocou, que não vão existir em conjunto, os remanejamentos como colocou a Dra. Jussara serão feitos, devolução de forma nenhuma, não existe isso, é até porque nós temos, é o que estava sendo colocado aqui, não poderia ser diferente, como somos um órgão e instituição, portanto, que tem como maior patrimônio, o membro e o servidor, ou seja, de um material humano, a maior despesa é com pessoal, não poderia ser diferente, mas, inequivocamente, nós temos muito pouco para gastar com investimento, gastamos muito em todos os orçamentos, em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

todos os anos, não é só nesse que virá, percentualmente o gasto com pessoal ele é muito alto e aí a ideia é fazer os remanejamentos, nós não poderemos tirar, Professor, de pessoal para investimento, mas o inverso é perfeitamente possível, eu trazer de investimento para pessoal, dependendo de onde faremos o remanejamento, se ficar tudo dentro do pessoal não posso migrar para investimento, mas eu posso trazer para uma outra possibilidade de pessoal, por isso a projeção de reajuste a cada um por cento (1%) previsto, se tiver que ficar obrigatoriamente em pessoal, isto nos permitirá reajustar a maior, tanto servidor quanto membro, quando o outro lado, aquilo que for possível para colocar investimento, com certeza, sem prejuízo do pessoal será feito. Em seguida, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Em síntese, estas dotações, todas podem ser remanejadas dentro das unidades orçamentárias administradas pelo Ministério Público, que são, a unidade orçamentária PGJ, FAMP e PROVITA, as alterações podem receber, aliás é isso que tem sido feito, este ano é o que tem sido feito, de forma intensa. A PGJ por ser um poder, tem autonomia, tem liberdade para fazer isso, naturalmente em associação com os órgãos de planejamento e execução do Estado. Em seguida, o Procurador **José Roque Nunes Marques** questionou: Dentro desses valores, o que tem em relação à responsabilidade fiscal? Respondendo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Todas obedecidas, mas naturalmente, quando nós estabelecemos já esses valores, eles já são considerados, de qualquer maneira, ao longo da execução, como os senhores sabem, a cada trimestre o Colégio recebe um relatório



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

circunstanciado em que sobretudo, o aspectos da responsabilidade fiscal é examinado, ainda que eventualmente, o orçamento pudesse ter essa ou aquela imprecisão, eles são dotações, eles são expectativas, o que conta efetivamente é a execução e a execução, sim, ela tem que ter realmente detalhada e à risca, nos dois (2) trimestres de dois mil e quinze (2015), o Colégio já recebeu dois (2) relatórios trimestrais, todos eles em particular, o último que já pude acompanhar, nós tivemos o cuidado de examinar estes detalhes e mostrar de que maneira ele se posiciona em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, então, o grande instrumento do Conselho e do Colégio é exatamente o relatório trimestral para garantir que ele se mantenha dentro e nós temos a vigilância da SEFAZ, Secretaria de Fazenda, que tem um monitor de orçamento que está sempre vendo aquilo que está se aproximando, ultrapassar eles nunca deixam, mas eles tem este mecanismo. Em seguida, o Sr. Presidente disse: Até porque, Doutor Roque, o monitor do Amazonas está muito tranquilo, a gente tem muita gordura, o limite prudencial do Estado é maior do que o nosso duodécimo, como é calculado em cima da receita do Estado, da Receita Corrente, a gente está muito tranquilo, toda a projeção ela já foi feita. Em seguida, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: A minha preocupação era falar antes do Dr. Públio Caio, porque ele fala tudo e não deixa mais nada para ninguém falar. Eu sei que alguns questionamentos que eu posso fazer, podem constar do documento mais detalhado que a gente não teve acesso e portanto, me desculpe se isso já tiver lá e eu estiver perguntando, mas desde lá quando se falou em questão da administração da unidade, eu fiquei pensando, mas aí quando o senhor falou na questão dos investimentos, eu vi que a questão da reforma está aqui, porque enquanto as manutenções imprevistas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

estão lá na administração da unidade, eu tinha sentido falta da conservação permanente, programada das unidades que é o nosso patrimônio, tem que ser conservado, sob pena de se deteriorar e ir perdendo o valor dessas construções, que forma o patrimônio do MP, então, a minha pergunta é porque todo ano até se faz previsões, mas acaba remanejando tudo para o pessoal e a questão que Vossa Excelência mesmo tocou dos banheiros, que vem de anos e é uma coisa que envolve no nosso conforto aqui do trabalho, que a gente passa muitas horas nossa aqui, da nossa saúde de uma série de coisas, então tem questões, os microfones, a reforma que precisa ser feita, que hoje em dia a gente caminha para o mundo virtual, não tem mais como fazer sessão do Colégio e do Conselho sem a gente ter um computador de mesa aqui, então se disponibiliza muitas vezes na Pasta Z, questões que a gente tem que analisar antes das sessões, mas a gente precisa consultar aqui na hora, então, tem questões que não é da administração de Vossa Excelência, isso são problemas que vem de anos e que fica prometendo, não, coloca no orçamento, mas a gente nunca vê acontecer, o que a gente quer é que aconteça isso, porque são coisas reiteradas que a gente vem pedindo, a questão do ar condicionado, uma questão que nunca foi vista, as salas das pontas, o ar não chega, então, se depois desse conserto que foi feito ai, aliviou a temperatura nas salas do meio, as salas da ponta continua a mesma coisa, porque não chega, então tem que ver uma solução, porque chega uma hora que você não consegue raciocinar, você não aguenta de calor, principalmente desse lado que pena o poente, pega o sol todinho da tarde, então tem questões que não adianta, vai ficar se gastando para consertar esse ar condicionado central ai do jeito que está e nunca se resolve lá e ai é que eu verifiquei que reforma está aqui nessa questão dos investimentos e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

uma questão que sempre me preocupou, é a utilização de verba do FAMP, que não seja para aparelhamento como o Fundo foi originariamente previsto e previsão para construção e reforma como tem aqui repetido, tanto no orçamento da Procuradoria, quanto do FAMP, então eu me lembro que no orçamento passado tinha previsão para construção de Promotorias do Interior com verba do FAMP e o FAMP não foi criado para isso, o FAMP foi criado para aperfeiçoamento dos membros, para reaparelhamento, compra de material de informática, que instrumentos que o membro precisa para realizar a atividade fim, ou seja, tudo que ele precise, agora, reformas e construções, isso eu penso que é um desvirtuamento da finalidade do Fundo para a qual ele foi criado e isso tem que estar previsto do orçamento das Procuradoria e não no orçamento do Fundo e essas reformas, eu gostaria de ver o que é que está detalhado depois e essas construções, porque, por exemplo, na gestão passada se fez uma projeção, se eu não me engana, para a construção de seis (6) Promotorias do Interior ou oito (8) não me lembro, que seriam construídas duas por ano, com aquele projeto que é idêntico para cada município, não importa o tamanho, nem a população, era um projeto, era aproximadamente um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) e seria programado, o que é doze milhões de reais (R\$ 2.000.000,00), na frente de duzentos e trinta milhões de reais (R\$ 280.000.000,00) não é nada, mas mesmo assim a gente não viu realizar até o final e se construiu o máximo que se conseguiu, mas sempre acaba remanejando tudo de investimento para pessoal, é o que a gente vê, então, a gente queria saber qual é a programação dessas construções, ainda é essa mesma previsão de construção de duas Promotorias por ano, isso diminuiu, isso aumentou? E reforma do Interior, como é que está também o planejamento, quantas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Promotorias seriam reformadas por ano? Uma outra questão do orçamento anterior, que se coloca cem mil reais (R\$ 100.000,00) para as Coordenações, para os Centros de Apoio Operacional utilizarem em projeto, o Coordenador tinha que fazer um projeto, quando eu passei na Coordenação, eu até comecei a fazer um projeto para utilização desse valor, eu acho que o Dr. Caio, quando estava na Infância, ele fez um projeto e chegou a utilizar para a elaboração de cartilhas e questões de conscientização, campanhas educacionais e eu não vi nessa discriminação, não sei se no detalhamento ainda está, essa previsão de valores para os Centros de Apoio para as Coordenações e a partir do momento que está destacado o valor, é uma coisa que você já sabe que teria cem mil reais (R\$ 100.000,00) para cada Coordenação. A partir do momento que aglutina não fica garantido que aquilo vai especificamente para o Centro de Apoio e para as Coordenações para serem utilizados em projetos, campanhas e até no cumprimento das metas que o Dr. Roque até tem uma proposta de encaminhamento do Colégio, não sei se já encaminhou, do estabelecimento de metas institucionais, para dois mil e dezesseis (2016), que era bom inclusive que o nosso Diretor de Planejamento tivesse conhecimento, porque para cumprimento dessas metas institucionais é preciso recurso, recursos são necessários para cumprimento das metas institucionais que se pretende estabelecer para o ano que vem, por exemplo, digamos que uma meta seja combate à corrupção, tem que ter verba para isso, porque não é só com o trabalho do Ministério Público, do membro sem nenhum recurso que vai se conseguir combater a corrupção. Então tinha também uma dúvida com relação ao aperfeiçoamento dos membros, mas na sua exposição foi esclarecido que foi aglutinado e está aí em promoções de eventos e iniciação técnica e acadêmicas e a minha



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

preocupação também é a partir do momento que você aglutina determinadas coisas, então, quanto9 mais detalhado fica garantido para determinadas situações e você sabe exatamente o que é que vai ser contemplado, então, quem trabalha com planejamento sabe que, por exemplo, reposição, parque de informática, tem um percentual que tem que se fazer por ano, sob pena de ficar tudo defasado de uma vez só, reposição do parque de veículos, também tem de se fazer todo ano uma reposição de um percentual, sob pena de ficar tudo velho de uma vez e por último, com relação a convênios e financiamentos, que a gente sabe quem trabalhou já em contabilidade, finanças públicas sabe que mesmo que você consiga verbas de fora, tem que estar completado no orçamento e o nosso orçamento pelo que eu vi aqui, está extremamente apertado, porque não adianta você ter o financeiro e você não ter o orçamento para você gastar o que você não pode gastar, a conta pode estar cheia de dinheiro, mas finanças é uma coisa e orçamento é outra, você só pode gastar se houver previsão orçamentária, então, porque uma das saídas que tinha se visto para utilização é de tudo que foi gasto para a construção da sede nova, que chega em torno, talvez, não sei se estou errada, de oito ou dez milhões de reais (R\$ 8.000.000,00/R\$ 10.000.000,00), não sei se eu estou errada, a compra do terreno, o prêmio para quem fosse construir, fazer o projeto e depois o projeto, que foram três (3) passos, chegou perto de oito ou dez milhões de reais (R\$ 8.000.000,00/R\$ 10.000.000,00), então tinha se pensado que uma das saídas seria um financiamento a longo prazo, vinte (20) anos, o Banco Mundial, o Banco Interamericano ou uma... para a construção da sede, que não fosse em cinco (5) anos como estava previsto, sessenta milhões de reais (R\$ 60.000.000,00) por ano,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

cinco (5) anos para a construção do nosso próprio orçamento, mas com verba fora, mas que isso teria que caber no orçamento e como a gente vê, o orçamento está ali com uma sobra de menos de dois milhões de reais (R\$ 2.000.000,00), se eu não estou enganada, que está bem apertado para o que foi previsto para o ano que vem, se o que foi previsto, isso pode diminuir se arrecadação continuar cair por causa da crise e o repasse continuar a repassar. Eu não sei se Vossa Excelência tem condições de esclarecer tudo agora ou depois, mais tarde com o orçamento detalhado. Era isso que eu tinha que colocar. Obrigado. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Doutora Jussara, a relação de questões foram longas e eu não anotei. Em seguida, o Sr. Presidente disse: Professor, só para inverter, tem algumas questões que evidentemente diz respeito ao Procurador-Geral, diz respeito à decisão para remanejamentos eventuais, como a senhora colocou, já inverte e ai já, já, o senhor se coloca. No que diz respeito à reforma, Doutora, pelo visto aqui eu fui aqui pontuando algumas situações, tenha certeza que o propósito era a execução mesmo, quando chamei a Dona Adelina e toda a equipe, Diretor de Planejamento, Abensur, enfim, todo mundo, é exatamente para que nós façamos aquilo que nós pensamos fazer, então, portanto, é a execução dessas reformas são prementes, nosso prédio aqui está precisando para ontem, nós estamos concluindo a reforma do anexo, se Deus quiser em mais algumas semanas do prédio anexo já está entregue em toda a obra, para todos os andares, já estamos no último, já estamos no térreo e junto com o subsolo e evidentemente as tratativas já estão sendo feitas no que diz respeito às tratativas, enfim, o processo licitatório, fazer a reforma daqui também, então, realmente as reformas elas serão feitas, não ficará só na projeção. Em relação à questão do FAMP, Doutora, talvez quando



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

ele tivesse sido pensado embrionariamente, nessa criação, de pensar num Fundo, especialmente ele pode ter sido pensado para exclusivamente essa atividade, mas na verdade, a própria Resolução e aí eu estou lhe colocando, do ponto de vista legal, o FAMP permite a construção de prédios, a reforma de estrutura física e também a questão da adequação de acessibilidade, no que diz respeito á idoso, enfim, quando nós colocamos a sugestão do FAMP dentro da projeção, é exatamente por isso, pela gordura que nós temos a acumular, todo o recurso do FAMP e a Comissão tem se reunido sempre, o Comitê na verdade não é que todo recurso do FAMP vai para construção, já foi decidido inclusive já na licitação, a questão na compra dos equipamentos de informática, enfim, não é, Doutora Antonina, mas, enfim, a questão de adquirir todo aquele material que embrionariamente o FAMP foi pensado, mas, evidentemente que em virtude de termos essa gordura e a própria Resolução que trata do FAMP nos permitir isso e já permitia, então, por isso que na gestão antiga trabalhou muito e nós, exatamente por isso, como na unidade da PGJ nos sobra muito pouco para investimento, acabou que o FAMP é que nos permite algumas aplicações neste sentido, é por isso que a coisa tem sido utilizada dessa maneira. Respondendo a Vossa Excelência nesta situação da construção, qual é a ideia? Existe um projeto para uma Promotoria, um projeto menor, um projeto que nós já pegamos, o projeto de uma Promotoria média, de Comarca média e a maior Promotoria, na maior Promotoria, há o projeto que é o caso de Iranduba, que foi entregue mais recente, foi entregue nas vésperas da nossa assunção, iniciou em outubro do ano passado, já prevento um aumento de Promotorias, então, portanto quatro (4) Promotorias, nós optamos sem largar de mão também o projeção em Comarcas, nós temos um problema muito grande em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Manacapuru, porque os Promotores ocupam o Fórum, sempre ocuparam e a Presidente está pedindo o espaço do TJ para poder fazer mediação, tem um projeto lá do TJ com o CNJ, então é um negócio para ontem, evidentemente que nós vamos ter que construir uma Promotoria para receber os colegas que ficaram alojados, muito provavelmente dependendo do tempo, vai haver necessidade de alugar um imóvel imediato para poder receber os colegas lá, de forma condigna, evidentemente para que façamos a construção, mas a atenção maior, neste momento, na visão da Administração, é que façamos construções menores e em maior quantidade, a nosso ver é uma coisa mais eficiente, digamos assim, não que as Comarcas maiores não precisem, é claro que precisam, tanto que por serem maiores tem uma demanda maior, mas por outro lado este recurso que nós vamos dispor para construção de uma unidade de quatro (4) Promotorias, é suficiente para construir três (3), no mínimo, três Promotorias, que o projeto menor, nós fizemos uma adequação, o projeto menor, ele já recebe dois (2) gabinetes, então, já pensando numa projeção futura de que aquilo se amplie, então, o projeto para essa Promotoria menor, ele fica em torno de duzentos e oitenta mil reais (R\$ 280.000,00), o outro, um pouco mais de um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00), não tenha dúvida que é melhor nós fazermos e além do que, isso já está sendo pensado, como lançar esse edital, quando for pensar na questão do edital da concorrência pública, é bem provável, evidentemente este tema vai ser tratado, mas se vai ser o pacote fechado para construção simultânea de cinco (5) Promotorias, por exemplo, no Interior, o que pode gerar um interesse muito maior para as construtoras em concorrer, porque a logística, aí você tem condições do que fazer cinco (5)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

concorrências distintas, por exemplo, uma construtora vai fazer uma obra de trezentos mil reais (R\$ 300.000,00), em que ele vai gastar de logística, de transporte de material, por exemplo, corre o risco dele pagar para construir o prédio para nós, a unidade, então, a ideia é fazer o pacote dessa maneira, então a coisa está muito adiantada com esse enfoque, a ideia é juntamente com a Subprocuradoria Administrativa, de que, olha, vamos priorizar custo menor, o que nos permitirá com a gordura, fazer um número maior de unidades e de forma simultânea, as obras iniciam em conjunto para inclusive facilitar, a construtora que ganhar, se responsabiliza por fazer ai. No que diz respeito as casas, talvez sido o momento, em que a gente estava falando em conjunto, naquelas rubricas que cada Coordenadoria tinha, é exatamente o que eu falei anteriormente, nós identificamos que muito não era utilizado, até por essa falta mesmo de comunicação, então nós optamos por aglutinar, então era oitenta mil reais (R\$ 80.000,00), depois de um determinado momento ficou cem mil reais (R\$ 100.000,00), em um outro momento, partindo da ideia de seis (6), sete (7) Coordenadorias, isso perfazia um valor de oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta mil reais (R\$ 87.560,00), nós subimos para um milhão e quatrocentos mil reais (R\$ 1.400.000,00), então aglutinamos numa mesma rubrica poder e ai pensamos num aporte maior, orçamentariamente, exatamente para que as Coordenadorias decidam em conjunto a aplicação desses recursos, concordo com Vossa Excelência, portanto, no somatório a contribuição é sempre bem-vindas, para que a gente já deixe discriminado um valor, dentro dessa divisão para cada Coordenadoria, mas dentro da mesma rubricas, o que pode acontecer, por exemplo, de uma Coordenadoria diz, na minha área eu não vou gastar isso e a outra precisa de mais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Em seguida, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: (...Microfone inaudível) mesmo aquele Coordenador que procurava, ela não tinha um apoio técnico, o Coordenador não sabe, necessariamente fazer projeto, então para que as Coordenações possam fazer projetos e aplicar efetivamente esses recursos, é preciso uma assessoria técnica para ele dar a ideia, o fim institucional que pretende, mas precisa de um apoio técnico para elaboração desses projetos. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Já está previsto, Doutora, esmiuçando detalhes e colocar, a questão da direção de um escritório de projeto dentro da Procuradoria que vai ficar à disposição, evidentemente tanto da Administração Superior, como das Coordenadorias nesta definição, porque sem suporte, como disse a Doutora Maria José Aquino, nós precisamos de peritos, mas já lembrando a questão do concurso. Com a palavra, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: Se for possível ai incluir, se o Projeto do MP Virtual do edital que o Dr. Roque pretende apresentar, se já está embutido também... Interrompendo, o Sr. Presidente disse: Já, na verdade no ponto de vista da questão de gasto com informática, o orçamento já foi para para cima, já prevê, já contempla um avanço extremamente significativo, não é, Professor, com isso e no que diz respeito ao MP Virtual, em conjunto com o MP da Paraíba, já está muito adiantado, tem uma comissão de servidores do Departamento de Tecnologia, inclusive com uma carga horária à maior, de trabalho, o Dr. André está me lembrando aqui, está ganhando até GAMP uma Comissão, como é prioridade nossa, tem uma Comissão de servidores do Srtor5 de Informática debruçado só para tratar dessa questão do MP Virtual, para entregar este projeto agora em setembro, para que a gente possa trazer para cá. Na questão das metas, no PPA e ai que vai ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

encadernado a entrega para todos os senhores, nós já trazemos as metas, evidentemente com a consulta também das sugestões, já vamos trazer isso para o Doutor Roque e aí já contempla toda essa questão, esmiuçando as metas para execução e a questão dos convênios, evidentemente que quando eu convidei o Professor José Alberto e coloquei as nossas necessidades, uma das primeiras colocações que ele fez foi exatamente isso, com tudo aquilo que o senhor quer fazer, a gente precisa buscar recursos, então já está bem adiantado em diversos projetos para trazer dentro as instituições que podem celebrar conosco, convênios e aí precisa estar previsto, evidentemente como Vossa Excelência colocou, a questão orçamentária, não tem mágica, não adianta vir o recurso e não poder utilizar. Em seguida, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Doutora Jussara, eu quero começar pelo item que eu acho que é a questão fulcral da nossa Instituição, é a questão do planejamento institucional. É no planejamento e nós estamos falando de uma questão estratégica, que você pensa a Instituição, a partir das suas necessidades e demandas com a sociedade, não a partir de um administrador temporário, ocasional e tal e obviamente, a nossa sociedade, ela tem uma transformação veloz nos últimos tempos, em que as demandas de uma instituição como o Ministério Público se modificam de forma intensa a cada ano, está aí uma instituição sem o planejamento regular, com o monitoramento do cenário para as mudanças que vão ocorrendo, reajustar este planejamento, de fato as decisões do cotidiano ficam muito aquém das expectativas da instituição, só para a senhora ter uma ideia, o nosso parque computacional que já foi em dois mil e doze (2012) de oitocentos e cinquenta e sete (857) computadores, hoje, tem apenas setecentos e oitenta e oito (788). Nós passamos quase quatro (4) anos, de dois



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

mil e doze (2012) a dois mil e quinze (2015), com o mesmo recurso de internet, em termos que nós chamamos de banda, de megabytes disponível, quando nestes quatro (4) anos, certamente, a demanda foi extremamente ampla, então, fixar metas neste momento, nós começamos a fazer exercício neste PPA, mas gerou-se outro, mas ainda é, ainda não, é uma posição, vamos dizer assim, improvisada, porque nós estamos estabelecendo metas à luz do que nós ouvimos falar, do que lemos nos relatórios, do que conhecemos lá fora, mas estas metas precisam ser estabelecidas à luz de uma metodologia sistematizada, de auscultar a sociedade, auscultar os membros, auscultar todo mundo e aí, sim, estabelecer objetivo estratégico, a longo prazo e a partir deles estabelecer as metas. Quando nós estabelecemos metas a partir daquilo que eu, que o Dr. Roque, ou que um Procurador entende como sendo uma boa meta, pode ser que à luz da sociedade ou à luz da realidade, do ponto que você vai sistematizar, não sejam elas, então, neste momento, está se apresentando as metas, mas é uma forma improvisada e isto só vai ser resolvido quando nós fizermos o funcionamento do planejamento estratégico regular, monitorado, revisado a cada ano, aí sim, você pode então ter este monitoramento de metas. A questão relacionada com o recurso, de fato, com a realidade que o Ministério tem em relação a recurso do Estado, é urgente que se busque outras fontes e existem disponibilidades de fontes fora, fontes a fundo perdido, outras a juros muito reduzidos, fontes nacionais, fontes internacionais, a Secretaria de Fazenda acabou de instituir uma unidade só para (...inaudível)... 01.21.31 , ou seja, para encontrar locais de fundo e poder completar o orçamento do Estado, significa dizer que eles estão indo atrás, investimento como a CACO – Corporação de de Fomento, que é uma instituição importante



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

na América Latina vai, por exemplo, financiar boa parte dos recursos, das demandas da Cidade Universitária. Ir atrás de recursos, por exemplo para o setor primário, com o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Boa parte do que vai ser feito na reformulação do IDAM, como órgão de execução da política agrícola do Estado, vem de recursos orçamentários do BID, parte dele de fundo perdido e tal. Tive a oportunidade de fazer, de ajudar na consultoria para definir este conjunto de coisas e na oportunidade, no relatório que produzimos, eu mencionei a necessidade de eles também terem um fundo do BID para fortalecer a presença do Estado nos municípios do Interior, o Estado como ente jurídico, o Estado Poder Executivo e nessa perspectiva, em particular a presença do Ministério Público, como sendo esta voz da sociedade, a fim de que as ações que eles estão fazendo, por exemplo da agropecuária possam ter uma fundamentação legal, os contratos garantidos por você, respeitados e eles, certamente, estão abertos para essas possibilidades, sim, eu acredito que a Procuradoria, o Ministério Público precisa, como alias, vários Ministérios Públicos do Brasil, já o fizeram. Boa parte dos grandes equipamentos que o Ministério Público dos Estados tem hoje, especialmente com laboratórios para combate à corrupção, combate a crimes internacionais, etc, vem de recursos que essas instituições nacionais e internacionais propiciam. Então, nós vamos precisar sim, ter aqui uma atividade para captação de fundos e lhe digo, que fundos para a Amazônia ter para atuação do Estado como ente jurídico no fortalecimento da cidadania, encontram ofertas amplas no mundo inteiro, Europa, Estados Unidos, mas sobretudo as instituições multilaterais, elas tem vontade de fazer isso, porque elas entendem que o desenvolvimento de uma região, só ocorre



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

quando você tem instituição jurídica que sejam capazes de dar segurança, contrato, que sejam capazes de oferecer apoio à cidadania. Prosseguindo, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: A minha pergunta especificamente, desculpe eu interrompê-lo, que se tenha fontes e se consiga financiamento eu não tenho nenhuma dúvida, até com a credibilidade do Ministério Público e o nosso lastro de equilíbrio econômico e financeiro, que a gente sempre ouve aqui, só que enquanto a gente tiver gastando duzentos e treze, duzentos e quinze milhões de reais (R\$ 213.000.000,00/R\$ 215.000.000,00) do orçamento com pessoal, a gente não vai conseguir investir aqui nunca nada, porque não adianta buscar o dinheiro e não poder gastar porque o orçamento não comporta, então, a minha pergunta, especificamente com relação a essa questão da pouca sobra no orçamento para investimento, que mesmo que se busque recurso não tem como utilizar porque não tem orçamento. Respondendo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: É, de fato, neste momento para dois mil e dezesseis (2016), não há previsão, porque nós estamos iniciando esses processos todos, agora, eu não tenho dúvida por já ter sido responsável pela administração financeira do Estado, que uma vez, de uma unidade da estrutura pública, conseguindo fonte de financiamento para convênio, ele consegue a dotação orçamentária para acoplar, para abrigar isso na sua estrutura, no seu orçamento, então isso é plenamente possível, com referência ao primeiro item que a senhora se referiu, as questões das manutenções gerais, se elas estão sendo previstas, o Doutor Fábio já se referiu, mas eu citaria apenas algumas que estão aqui só para a senhora registrar, implantação de acessibilidade nas instalações em Manaus, reforma de prédio da sede, dos seus elevadores, em seus sistema de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

refrigeração, manutenção predial das Promotorias do interior, as estações de tratamento de efluentes da Ponta Negra, as estações de tratamento de efluentes do Aleixo, grupo gerador... tem um conjunto de medidas que dizem respeito, em particular dizem respeito ao fortalecimento da estrutura tecnológica na área de informática e eu digo que essa aí é dramática, porque ela pode nos deixar fora de funcionamento, hoje os sistemas todos são informatizados, o Poder Judiciário avança de forma ampla nessa sua informatização, a interação com outras instituições parceiras do MP está sendo feita na base de informatização, acessos ao Governo Federal, aonde você se movimenta, se você não tiver recurso de informática e conhecimento para usar este recurso, você se torna um excluído, não só as pessoas, mas também as instituições, então, a questão da exclusão tecnológica é um fenômeno real dos dias presente, tanto em relação às profissões, as pessoas em si, quando as instituições e certamente o Ministério Público sendo uma instituição com tantas parcerias sociais, a questão da informática e de recurso tecnológico, passam a ser mandatária, para a atuação dele regular, no futuro, então essas coisas estão presentes, mas eu reitero que tudo ainda, de forma embrionária e diria ainda, um pouco improvisada, porque nós estamos fazendo um Plano Plurianual, sem ter planejamento estratégico e sem ter uma definição daquilo que a instituição quer como seu futuro, mas um querer pensado, refletido e sistematizado. De qualquer maneira, Doutora Jussara, nós, neste PPA, tivemos o cuidado de incluir aquilo que foi conseguido em dois mil a doze (2012) a dois mil e quinze (2015), tem um capítulo do PPA que está aí, uma seção que é só tentando fazer uma revisão do que foi conseguido ao longo destes quatro (4) anos e a situação que nós nos encontramos em relação a cada item, em relação a servidores, em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

relação a recurso tecnológico, em relação a construções, a reforma, o que deixou de ser feito e tal. Num momento como esse, numa instituição deveria estar se debruçando para avaliar o que ela fez nos quatro (4) anos do seu PPA, não é o que nós estamos fazendo e estamos tentando oferecer aos senhores alguma ideia do que aconteceu para que essa função do PPA pudesse estar inserida na agenda da Instituição. Então esperamos que os esforços que vamos fazer com o planejamento estratégico nos permita para o ano numa época dessa, nós estarmos apresentando esse orçamento, mostrando os objetivos estratégicos da Instituição e as diversas metas e os recursos associados a ela. Neste momento ainda estamos fazendo pouco de forma tacanha, mas como uma base inicial para o que se pretende no futuro. Em seguida, o Sr. Presidente disse: Exatamente isso, na questão do planejamento estratégico, enfim, é aquela visão que infelizmente a instituição ela acaba sendo burocraticamente uma máquina pesada e sempre foi uma preocupação nossa aqui no sentido de que nós precisamos ter isso e todos os senhores sempre colocam, planejamento estratégico não pode iniciar, ser abandonado e isso não tem a ver com o gestor, a solução de continuidade ela não pode ser prejudicada, então, portanto tem que ficar sempre uma visão macro, até porque o Colégio analisando, independente de quem esteja sentado na cadeira, que hoje está ocupada por mim, fica, evidentemente executada ao longo dos anos, então, inclusive, no que diz respeito ao planejamento estratégico, já está muito adiantado, até eu conversei com o Professor aqui, para que nós junto com a Diretoria-Geral, víssemos quem são os melhores Ministérios Públicos do Brasil, em determinados itens, aonde é que eles estão acertando, oi que é que o Conselho Nacional do Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

coloca eles em primeiro lugar, digamos assim, em determinados fatores e em cima disso, nós estamos monitorando essas instituições có-irmãs, para poder herdar deles as ideias boas que foram plantadas e portanto estão sendo executadas e passa por isso, a consultoria que foi utilizada, enfim, a questão do planejamento estratégico é premente. Em seguida, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Bem, parabenizar o Doutor José Alberto por ter sintetizado de uma forma compreensível para aqueles que não tem um conhecimento mais profundo da contabilidade pública. As minhas perguntas são mais objetivas, algumas foram respondidas, eu gostaria de enfatizar alguns temas. Primeira pergunta: O orçamento prevê destinação de recursos para cursos e aperfeiçoamentos especialização, destinada a membros do interior e da capital? Eu vi que tem o item aperfeiçoamento lá, mas é que esse ano que vem, vai ter uma coisa muito importante na área cível, que merece uma reflexão e eu já queria deixar aqui direcionado também a questão do Excelentíssimo Procurador-Geral, que é a entrada em vigor do novo Código de Processo, então, veja só, essa é uma das coisas que vai ter que ter investimento bom da Instituição. Uma outra situação... Interrompendo, o Sr. Presidente disse: O CEAF já está com o projeto praticamente fechado, exatamente que já visando a contemplação no que diz respeito ao novo CPC, para fazer um curso bem profundo para todos os membros. Em seguida, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Tem que ser logo, porque março entra em vigor. Eu já vi que, por exemplo, não está previsto naquele edital dos novos, não está contemplado no programa, então me preocupei. Por exemplo, uma outra situação igual a essa, é a mediação, a mediação também entra em vigor a Resolução, tanto que Vossa Excelência disse que o Tribunal de Justiça já está desocupando salas para fazer



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

e nós não estamos preparados, pelo menos que seja do meu conhecimento, para essa atividade, embora eu já realizei a primeira Audiência de Mediação aqui, com o processo em segundo grau, Vossa Excelência sabe disso, eu utilizei aquela sala de reunião lá ao lado do gabinete de Vossa Excelência. Então, a primeira pergunta é essa. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Tem uma sala ao lado que a gente disponibilizou para fazer essas encontros e reuniões com um número maiores de membros. Em seguida, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Posso responder logo, rápido? Essa questão do aperfeiçoamento, é outro item que é dramático para servidores e membros do MP, porque há uma mudança intensa em tudo, e os ajustes na execução orçamentária foram exatamente para propiciar isso, aproveito o ensejo para dizer que uma das razões que nós temos aglutinado Coordenações, é que elas apesar de terem recebido dotações orçamentárias ao longo destes anos, não foram utilizados nenhum recurso deles e a própria SEPLAN nos indicou, essas ações estão há dois (2), três (3) anos sem a execução de nenhum centavo nela, então, nós aglutinamos, mas deixamos individualizado os produtos aos quais elas se referem e também concordamos com a senhora de que há necessidade de uma orientação aos Coordenadores, ela é fundamental e nesse particular nós teremos imenso prazer em ajudar no que tiver ao nosso encargo. No que diz respeito ao aperfeiçoamento, mais pontual a essa questão que a senhora colocou, nós ampliamos essa ação orçamentária que antes constava como eventos, seminários e parece alguma coisa dessa natureza para uma forma mais ampla, que é um aperfeiçoamento a partir de iniciativas para a área acadêmica e inclui esses cursos de maiores duração, tanto *lato*, quanto *strito senso* e que permita esse constante aperfeiçoamento do membro e do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

servidor, mas em particular do membro, que é aquele que lida com a atividade fim na Instituição, então, eu não tenho dúvidas que essa ação tem uma dotação bem significativa. Prosseguindo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Agora, no que se refere a aglutinar todos os recursos para treinamento previstos e não utilizados, bem, eu estive na Coordenação um bom tempo e efetivamente os projetos eram feitos na Coordenação, eu cheguei a obter ajuda, sim, eu lembro do Edinaldo me ajudando a fazer alguns currículos, o problema do meio ambiente é que os cursos quando vem, vem praticamente pagos, então os recursos utilizados não chegava... Interrompendo, o Sr. Presidente disse: Ainda bem. Prosseguindo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Vem o curso pronto como vai acontecer, agora, diz onze (11) de setembro, já pago. Agora o que eu acho mais importante de deixar direto junto à Procuradoria-Geral, é porque a maior dificuldade de trazer esses cursos, seja como já vem pré-pagos, como é a maioria na área ambiental, quanto em outras áreas é a liberação do servidor, já fizemos curso aqui neste auditório, que era numa época de começo de dezembro, nós convidamos todos os Técnicos e Agente de Apoio e tinha um (1) Promotor, então sendo cancelados pela Procuradoria, com certeza os Promotores e os membros serão liberados também para vir assistir, isso ai é uma coisa que é muito boa, aglutinar. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Nesse aglutinamento assim já era antes, a ideia não é só apenas curso, mas tudo aquilo que a atividade fim requer, por exemplo, se você precisa de uma pesquisa sobre um determinado aspecto da atuação daquela Promotoria, se você precisa, por exemplo, financiar, não sei, uma tese de doutoramento sobre os dramas ambientais vividos pelos agricultores, porque tal coisa que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

isso vai embasar, esses são recursos que estão destinados para as atividades fins. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: A ideia é estimular os membros e evidentemente dar um retorno até para quer os próprios membros possam fazer aperfeiçoamento e evidentemente é esse o propósito, para as atividades do Ministério Público e aí, portanto, o MP entra com a contra partida também naquilo que que pertine. Em seguida, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Eu estou satisfeita com a resposta. Uma outra pergunta, era que o orçamento prevê destinação de recursos para a implantação, reestruturação da estrutura física do MP no interior e na capital, aí Vossa Excelência, o Doutor Fábio já respondeu em parte isso, mas me corrija, se eu estiver equivocada, não vai ser colocada nenhuma pedra, nenhum tijolo naquele terreno lá do Aleixo, não é isso? Então, Excelência, é alguma coisa que tem que se pensar, quando eu perguntei se tinha orçamento destinado para recurso, implantação e reestruturação da estrutura física do MP, também inclui aquele terreno lá, que inclusive está com uma placa, agora não tem mais o muro, porque queimou, tem uma placa, eu passo todo dia lá, dizendo: “Negocia-se” e tem um número lá, eu não sei se é o terreno ao lado, está colado, não tem mais divisão. Interrompendo, o Sr. Presidente disse: É o do lado. Prosseguindo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Então a ideia que passa é que o terreno está lá... Então era isso, então não vai ter feito nada em dois mil e dezesseis (2016) com aquele terreno. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Já nesse ponto, penso diferente, o que é que acontece? Com o incêndio que aconteceu, na verdade a maior parte daquele extenso matagal foi para o chão, então o único aspecto positivo é que acabou ficando capinado, mas já foi colocado aqui



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Dr. Libório e nós já conversamos aqui, sem sombra de dúvidas, senhores e portanto, o assunto precisa ser tratado aqui neste colegiado, o que faremos com o terreno e sinceramente, claro... Interrompendo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Antes que a gente tem que cuidar dele já invadido. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: O terreno é patrimônio, evidentemente que nós não podemos nos desfazer de patrimônio se não for para adquirir patrimônio, é a minha visão, mas já colocando para dois mil e dezesseis (2016), no nosso entender já tem que ser resolvido já em dois mil e dezesseis (2016), o que fazer daquele terreno. Construir ali, não tem a menor possibilidade, dentro da nossa realidade, hoje passaria de trezentos milhões de reais (R\$ 300.000.000,00), a construção daquela obra, não tem a menor possibilidade de isso acontecer, porque o orçamento, a realidade hoje é outra, foi pensada uma coisa e hoje não nos permite isso mais e aí será conversado, neste colegiado aqui, o que fazer, se mantém esse terreno intocado e para ficar intocado nós vamos ter que ter despesa nele, só para murar, no orçamento passado era duzentos e cinquenta mil reais (R\$ 250.000,00), duzentos e trinta mil reais (R\$ 230.000,00), só para murar o terreno, que é o equivalente a construção de uma sede própria no interior ou se esse terreno vai entrar em negociações para adquirir um imóvel pronto, parte de um imóvel pronto e nós vamos continuar tendo patrimônio que vai servir para a utilização imediata dos nossos membros aqui, mas, enfim, o colegiado, o Dr. Libório já tinha colocado aqui, vai ser distribuído, nós vamos deliberar aqui, o que fazer desse terreno para ontem, porque não dá ficar aquele terreno lá, se decidirmos que ele ficará intocado, ele ficará intocável, mas nós vamos ter despesa, com ele, sem fazer nada com



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

ele, temos que fazer alguma coisa, porque construir e aí, sinceramente, senhores, quando eu digo construir, eu não vejo projeção para os próximos anos, não é nem para o próximo ano, porque se a construção de uma obra dessa está nesse valor de trezentos e trinta milhões de reais (R\$ 330.000.000,00), isso, sozinho é cem milhões de reais (R\$ 100.000.000,00) a mais que o nosso orçamento projetado. Em seguida, o Procurador **José Roque Nunes Marques** disse: (Microfone inaudível). Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Sem sombra de dúvidas, a administração quer decidir o que fazer do terreno, já em dois mil e dezesseis (2016), então... Prosseguindo, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: Só um aparte Excelência, muitos prédios da justiça, aqui do Estado foram construídos com verba federal, o Fórum Henocho Reis, convênios com o Ministério da Justiça, financiamentos podem ser feitos, eu acho que é um projeto que não deve ser descartado. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: De jeito nenhum. Em seguida, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: Porque daqui a pouco, a gente vai ficar com quinze (15), vinte (20) prediozinhos que não atende o conforto e a dignidade da nossa função, então eu penso que não deve ser descartado o projeto, por mais que não tenha passado aqui pelo Colégio, eu penso que investimentos do Estado acima de um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) tem que ter o aval do Governador, o Secretário de Fazenda não tem essa autonomia. Eu penso que aqui no Ministério Público, se projetos acima de um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00) tivesse que ser aprovado pelo Colégio de Procuradores, a gente não estava vivendo isso hoje, porque a gente nunca foi consultado sobre a compra desse terreno, que era cinco, seis milhões de reais (R\$ 5.000.000,00/R\$ 6.000.000,00), não lembro o valor, não foi nos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

consultado sobre nada, sobre a construção de uma nova sede, então, a responsabilidade única sobre um negócio desse é muito complicado, porque os gestores mudam a cada dois (2), quatro (4) anos, então é um período muito curto que a pessoa fica numa administração para outro que chega depois não dá continuidade, principalmente naquilo que for de despesa, o maior exemplo disso é um viaduto perto do shopping, onde um prefeito assumiu, aquele viaduto era para ter mais um nível e hoje ele piora o trânsito e lá ninguém vira à esquerda de nenhum lado, porque o governante que assumiu não quis fazer o projeto até o fim, porque era projeto anterior, então a gente tem que pensar nessas questões e que se o Colégio de Procuradores fosse consultado para projetos com tamanho investimento, talvez a gente não tivesse vivendo o que a gente está vivendo hoje, mas descartar, já que se gastou tudo isso, já que foi feito todo esse investimento, o projeto inclusive foi elogiadíssimo lá no Tribunal de Contas, não irei entrar em detalhes para não cansá-los, mas eu penso que buscar financiamentos, convênios federais e agora, cai na questão orçamentária, mas aí se é possível abrir dotação orçamentária, é possível construir, sim. Em seguida, o Sr. Presidente disse: Sobre a questão do terreno aqui, dois (2) pontos importantes, eu não estou dizendo como Procurador-Geral, eu sei que não foi essa a sua intenção, só para pontuar, que nós não estamos descartando o projeto da construção da sede única da Procuradoria, ao contrário, concordo com Vossa Excelência, é um projeto belíssimo, é um projeto que contempla todos ali, Promotores e Procuradores com gabinetes e servidores, todos alojados de forma condigna, não se discute isso, a grande questão é que, já vou informar, porque que não está aí, nós não temos como fazer, então, o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

que é que aconteceu? Para este orçamento que nós estamos executando, estava previsto doze milhões de reais (R\$ 12.000.000,00) desse ano para gastar com isso, doze milhões de reais (R\$ 12.000.000,00) é uma parcela muito pequena de uma sede que ficará numa despesa tão alta, então é mais ou menos meio por cento do valor total da obra, seguindo essa projeção aí, nós levaríamos mais de vinte (20) anos para fazer, colocando doze milhões de reais (R\$ 12.000.000,00) no orçamento para fazer e exatamente esses doze milhões de reais (R\$ 12.000.000,00) é que nos permitiram os remanejamentos para as despesas de pessoal que nós tivemos esse ano, do auxílio moradia, do aumento do subsídio que não estava previsto no orçamento quando ele foi pensado, ainda no ano passado, então o que é que acontece? A ideia não é abandonar não, ao contrário, o que eu estou colocando, o Colégio de Procuradores precisa discutir o que fazer com o terreno, por que? Porque a todo instante, essa Procuradoria-Geral é instada pela mídia, a todo instante vem dizer que ali está tendo assalto, vai ter acidente, que a placa vai cair, que fica próximo a uma parada de ônibus e vai cair em cima de populares, enfim, a mídia, o que vai fazer? Estava no orçamento? Se tem boas ou más intenções na pergunta, quando nós fomos procurados, enfim, toda hora nós somos procurados, somos instados na administração sobre a obra, eu tenho colocado o óbvio, olha, quando ele foi pensado, a realidade financeira do Estado era uma, por tabela do Ministério Público, agora ela é outra, agora nós não temos como, então a ideia é trazer para o Colegiado, a decisão, discutir com profundidade, as alternativas, alternativa do Doutor Roque, a alternativa que Vossa Excelência traz agora, extremamente feliz, então vamos manter,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

não se mexe no terreno e vamos atrás de convênio federal para poder construir, a ideia é compartilhar com o colegiado o que fazer de um terreno que existe e que precisa da administração superior para ontem, por isso a necessidade de ser discutido logo, para ontem, medidas ai. Se vamos ficar, eu vou precisar gastar ali, para poder murar, para colocar tela, para fazer o projeto licitatório, enfim, isso importa em despesa, se o colegiado diz, não, nós não vamos ficar e vamos migrar para outro, evidentemente que esta despesa, ela não teria, porque eu não vou murar para vender terreno, enfim, mas concordo, a matéria é discutida. Só um aparte final, Doutora Maria José, já vou lhe dar a palavra, é que sob o ponto de vista da Lei Orgânica e do Regimento, trazer para o colegiado e ai eu fico muito à vontade, porque o orçamento está ai com Vossas Excelências, então nós não estamos projetando despesas enormes para o ano que vem, eu estou falando de quem quer que esteja aqui na presidência, teria talvez uma vedação, uma dificuldade, trazer para o colegiado deliberar despesas acima de um determinado valor, traz uma dificuldade, primeiro porque o ordenador de despesa acaba sendo só o Presidente e segundo porque o colegiado também tem o papel de fiscalizar isso, então, teria depois um problema de como o colegiado vai fiscalizar internamente as contas se ele mesmo decidiu onde gastar, então só isso, como Vossa Excelência colocou, no caso do Executivo, o Secretário como cargo comissionado e cargo de confiança, ele tem uma liberalidade “x” até determinado teto e a partir de determinado valor, só o Governador, mas ai é o Governador ordenador de despesa, para as despesas maiores, é o caso aqui do Procurador-Geral, é só neste ponto e ai voltando para mim, a minha visão é que tudo seja compartilhado, eu Fábio, Presidente do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Colegiado, é que tudo nós decidamos e discutamos, só a mudança ali é que teria algum problema, Doutora Maria José, a palavra continua com Vossa Excelência. Em seguida, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Então eu vou tentar ler, para já liberar, dentro, ainda, dessa pergunta que é se o orçamento prevê destinação de recurso para ampliação, estruturação física do MP, do interior e da capital, eu abordei principalmente o caso desse terreno, a questão do Ministério Público, mas também tem questões sérias nisso, por exemplo, o Doutor José Alberto chegou a pouco tempo, mas a questão dos ar condicionados é uma coisa que se arrasta ai por muito tempo e tem que ser feito alguma coisa, é paliativo, uma hora vai pifar de vez, não vai se dar mais jeito e ai, sim, vão ter que alugar não sei que imóvel, Excelência, para se colocar toda essa estrutura daqui noutro canto, está aqui a Doutora Aquino já tirou a capa aqui, já reclamei, tem questões tão básicas que a gente vem sofrendo no dia a dia e que talvez se aproveita uma ocasião como essa para perguntar, eu sei que isso ai é um custo alto, então, reitero a pergunta, está previsto para dois mil e dezesseis (2016) a substituição disso ai que nem existe, deve ter uns vinte e cinco anos (25) no mínimo? Respondendo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Sim, senhora, está previsto com detalhes, a partir de uma relação fornecida pela nossa área de engenharia, a demanda mais urgente. Em seguida, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Está ok. Então essa pergunta ai, basicamente eu esgotei. Terceira: Se há previsão de correção salarial para membros e servidores, isso ai já foi respondido. A quarta: Qual o percentual de aumento, previsto para o orçamento de dois mil e dezesseis (2016), comparado com o de dois mil e quinze (2015)? Respondendo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

disse: Nós iniciamos o ano com uma expectativa de orçamento, mas em razão da crise que o Estado vive, essa expectativa não vai ocorrer e ela vai estar em torno de duzentos e dezoito, no material que nós apresentamos, o quadro um (1), refere-se a este valor com suas diversas distribuições, duzentos e dezoito e no quadro dois (2) ... Interrompendo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** questionou: Mas percentual, cinco por cento (5%), dez por cento (10%)? Respondendo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Duzentos e dezoito para duzentos e trinta e seis, deve estar em torno de dez por cento (10%), o total. Interrompendo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Dez por cento (10%) para maior ainda, para mais? Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Não chega a cinco por cento (5%) do total. Nós estamos falando de cinco por cento (5%) nominal, para quem teve uma expectativa de inflação neste ano, em torno de dez por cento (10%), nove e meio (9,5%), dez por cento (10%), isso significa, na verdade, um decréscimo de cinco por cento (5%), na verdade, Doutora, isso é uma questão nas finanças nossas, nós quando projetamos, aí os senhores terão um estudo que eu apresentei aí no PPA, quando nós fazemos uma avaliação da arrecadação tributária ocorrida de dois mil e doze (2012) para cá, se você compara nominalmente, vai crescendo, mas quando você atualiza, não nos damos conta de que a arrecadação tributária do Estado deste ano, em determinados meses, ela é menor do que aquela que nós tivemos no mesmo mês em dois mil e doze (2012), porque nós vivemos em um regime inflacionário, tivemos aí, estes anos uma média de seis por cento (6%) de inflação e este ano uma inflação muito maior, então,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

inobstante esse crescimento para duzentos e dezoito para duzentos e trinta e seis, com esse crescimento em torno de cinco por cento (5%), na verdade nós estamos em termos atualizado, com uma diminuição do valor total. Prosseguindo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Bem, minha última pergunta é: Neste orçamento de dois mil e dezesseis (2016), está prevendo a destinação de recursos para cargos de novos Agentes Jurídicos, já que está a previsão para instalação de doze (12) Promotorias, isso significa também que tem que ter uma estrutura física, uma estrutura de pessoal, além de local e também se dentro dessa criação de cargos de novos Agentes Jurídicos, se estaria também pensado a questão do Conselho Superior, que já se arrasta ai da Administração passada para essa e continua sem Agentes Técnicos, isso é uma previsão que existe no próprio cargo do Agente, está criminada a atuação em órgãos colegiados, bem também para as Coordenações, afora uma questão que se arrasta também desde dois mil e doze (2012), que é a questão de ter um apoio de Agentes Técnicos quando houver uma demandas superior, como é o que acontece desde dois mil e doze (2012), nas Procuradorias Cíveis e não foi solucionado até hoje, então na hora do orçamento a gente tem que começar a ver o que é que a gente realmente está tendo dificuldade e também já terminando, agradecer a apresentação e Dr. José Alberto, espero em dois mil e dezesseis (2016) estar nesta data aqui, discutindo orçamento. Eu espero, Doutor José Alberto que Vossa Excelência esteja ai no mês de maio e junho, discutindo o orçamento conosco aqui, com prazos para a gente prorrogar, para levar, para estudar, mas já é um avanço o senhor está vindo aqui fazendo essa exposição. Era isso. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Machado disse: Obrigado. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Doutora, nós não temos é como colocar, não se pode discutir o orçamento em maio ou junho, porque na verdade o Estado só manda para nós aquilo como previsão para orçamento e só agora, as cinquenta e quatro (54), cinquenta e nove (59), porque ele não tem uma projeção ainda concreta, agora, a ideia central, evidentemente a gente já tem condições de tratar. Com a palavra, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Então, Excelência eu vou procurar me assenhorar do tema junto ao Ministério Público de São Paulo, porque eles começam a discutir os temas a partir de maio, isso está em ato. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse: Isso de forma superficial, aquilo que nós acreditamos, pensar... Interrompendo, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** disse: Aquilo que vai ser feito com a devida antecedência e depois adequando ao que for... Interrompendo, o Sr. Presidente disse: Onde cortar. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Eu espero estar aqui discutindo orçamento com base nos objetivos e metas previamente estabelecidos neste orçamento e aí, sim, estes momentos antecedentes, seriam a grande hora de nós transformarmos o nosso desejo, organizar e na hora que veio uma definição, você tem dois (2), três (3) dias para você executar isso, você tem rapidamente, porque você tem priorizações, você já tem essas determinações deliberadas, não precisaria mesmo você vir discutir detalhes do número tal, porque você tem o planejamento estratégico, os grandes objetivos, as grandes metas, as priorizações dadas prioritariamente. O meu desejo é poder fazer isso, tendo feito isso prioritariamente e não necessariamente... Em seguida o Sr. Presidente completou: Vai precisar dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

números, você pode estabelecer os percentuais destinados para cada área. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: E, Doutora no que diz respeito aos Agentes Técnicos Jurídicos, deixa eu lhe colocar, não está previsto concurso público para Agente Técnico Jurídico para o ano que vem, nós não temos a previsão específica de um concurso público, o que é que nós temos? Nós chamamos todos que poderiam, todos os Agentes Técnicos Jurídicos já foram chamados do concurso, o que existe evidentemente é aquela conversa aqui conosco, que eu já antecipei e vou trazer para a gente discutir e com relatoria para que depois encaminhe para a Assembleia, o aumento do número de vagas para que a gente use dentro do cadastro de reservas e aí essa é a ideia. Então já está contemplado para a gente tratar dessa maneira e aí vem o que a Doutora Maria José Aquino está esperando, não seriam só os Agentes Técnicos Jurídicos, mas também os outros para poder servir como peritos para o NAT, então a gente vai ter que discutir aqui, para aumentar o número de vagas, porque no nosso limite nós já chegamos, praticamente e aí a ideia é aproveitar toda essa situação. Prosseguindo, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Professor, eu vou ser bem breve, porque a pedido do Secretário do Conselho Superior, Dr. Hamilton, que está com a garganta inflamada, pediu que eu pedisse para que depois da reunião os Conselheiros ficassem dez (10) minutos, há uma coisa fundamental para discutir, sobre a sessão de amanhã. Primeiramente quero fazer uma pergunta bem objetiva, qual o prazo para entregar a proposta orçamentária para o Governo? Respondendo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Nós começamos a abertura para discussão do qualitativo, é a partir de segunda-feira, a partir daí nós temos que começar a imputar estes dados, termina esta semana, acho



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

que dois do nove (02/09), uma coisa assim, eu anexei as datas no documento... Interrompendo, o Dr. **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Aproximadamente dois (02) de setembro. Em seguida, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Em torno disso. Não, mas isso para concluir, para fechar. Eu reitero e obviamente, isso é por uma exigência de um calendário comum a todo o Estado, na demanda de sistema agora, obviamente que o acesso que a gente tem na Secretaria de Planejamento e tal, é possível a gente... Interrompendo, o Sr. Presidente disse: Depois de encaminhar ainda teremos uma margenzinha de alguma outra adequação que precisa ser corrigida. Em seguida, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Agora em termos formais, o rito é esse. No documento que eu mandei, eu me refiro a isso, essa janela tão curta que você tem para tomar essas providências, a fim de que Colégio precisa discutir temporaneamente sobre os valores, mas de fato o limite é mínimo, nós tivemos acesso a estes dados agora, início desta semana e começamos a trabalhar essa semana feito louco para... Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Nós sabemos que o ideal seria e evidentemente a metodologia não permitiria que fosse diferentes como foi hoje, mas que todos nós tivéssemos a peça inteira, inclusive da proposta, inclusive para ver o que é dever, o quadro do detalhamento de despesa, para a gente saber exatamente aquilo que está mais perto da gente, da finalidade institucional. Em seguida, o Sr. Presidente disse: O profundo, todos os senhores receberão uma cópia hoje ainda, sei que é em cima da hora, mas é como chegou aqui, ele concluiu ontem, dez horas da noite. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Perfeito, isso não é nenhuma crítica não, eu estou apenas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

constatando o seguinte, por exemplo, nós vimos ali que a questão da informática está contemplada, inclusive com um acréscimo, mas era preciso que a gente olhasse no quadro de detalhamento mesmo, para verificar, em que é que consiste este investimento de informática, porque renovar o softweer que nós temos ai, os contratos, perfeito, mas por exemplo, nós já discutimos tanto, o Doutor Roque já apresentou aqui propostas de darmos um grande salto não tão caro, mas um grande salto em relação à informática, porque nós estamos na idade da pedra em relação a isso aqui. O MP Virtual é uma virtual realidade em muitos Estados brasileiros, a minha assessora chegou toda empolgada lá, com o computador aberto, do MP do Paraná para mostrar que ela conseguia, ela, daqui de Manaus, do meu gabinete, acessou uma Promotoria, por exemplo, da Cidadania lá do Paraná e lá ela sabia quantas ações haviam sido ajuizadas na área de saúde e quantos inquéritos tramitavam, aquilo que a gente sonha de fazer aqui. Então quando eu digo o que dever é importante, é para a gente saber o seguinte, o que é que consiste neste orçamento o investimento em informática? Renovar os mesmos softweer que não resolve os nossos problemas, não vai ser solução. Só comprar computador, vai ajudar bastante, mas não vai ser a solução. Então a gente precisa analisar no que dever analisar, no que especificamente a administração vislumbrou que o investimento de informática atende a finalidade, a eficiência da nossa atividade fim, essa é uma questão. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Dr. Públio, só uma questão, no que diz respeito ao MP Virtual, tanto eu como o Doutor Roque já recebemos, já nos foi mostrado a quantas anda o trabalho do pessoal da informática e já estou concluindo, a ideia era concluir este mês, se Deus quiser e ai nós vamos trazer



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

para cá para o Colégio, já está contemplado na execução do orçamento deste ano. Prosseguindo, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: A grande preocupação é essa mesma de ver essas coisas contempladas. Com a palavra, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** disse: Eu entendi o que o Dr. Caio quis dizer, porque, por exemplo, no MP Virtual, todo o inquérito civil, os PICs seriam todos digitais, como é o processo digital do Tribunal e isso envolve, não é só o programa, envolve compra de câmeras e gravadores para todas as Promotorias, porque as audiências passam a ser todas filmadas e gravadas, o que ganha tempo, porque ninguém tem mais que digitar, então o que eu acho que ele quis dizer que se não apenas o programa, mas se todos esses equipamentos que são necessários para implementar para realmente poder funcionar, se estaria contemplado. Respondendo, o Sr. Presidente disse: Está, sim. Prosseguindo, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: A questão, por exemplo, que nós, desculpe eu baixar, mas a ansiedade, depois eu vou terminar o meu discurso que a gente vai a estes detalhes do orçamento, do ar condicionado que não funciona, porque quando você não tem a possibilidade de participação, por favor, não é nada com Vossa Excelência e sua administração, quando a gente não tem a possibilidade de escolher o destino do trajeto, do trem que eu vou pegar, em vou parar em qualquer parada que me deram, eu estou pegando carona, eu não estou participando, então, por exemplo, a reforma desse plenário é uma reivindicação velha, eu tinha cabelo preto e o Roque tinha cabelo, o Libório tinha inclusive a vista inteira, ainda, o cristalino não era superficial, brincadeiras a parte, são coisas que aparentemente são simples, Professor, nós estamos aqui esguelando às vezes, porque não há microfone, eu que tenho



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

um mero de sessenta e seis (1,66), não piso no chão, porque a cadeira fica alta, fica balançando aqui, corro o risco de pular para sair da cadeira e quebrar a perna, porque estou quase com a osteoporose de velho, então coisas tão pequenas e simples que podem ser feitas e nós não fizemos, como o Flávio passou quinhentos anos (500) anos reclamando de uma mesa que molhou, enfim, essas questões a gente precisa saber se elas estão contempladas para não ficar naquela dificuldade imensa que a gente tem do desgaste, etc. Interrompendo, o Sr. Presidente disse: É claro e aí eu até antecipo, essas questões esmiuçadas, elas não estarão prevista aí, nem nessa e em nem nenhuma outra projeção de orçamento, até porque, claro, não caberia ao planejamento, mas ao ordenador de despesa, que é o Procurador-Geral decidir dentro daquilo que ele tem, aonde é que ele vai aplicar. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Evidentemente que eu sei que uma peça orçamentária não consta isso, obviamente. Segurança Institucional, o Major veio aqui, fez uma exposição, nós sabemos que praticamente nenhum rádio funciona, mas já foi exposto, fazer licitação, nós não temos portas, catracas, não temos detector de metal, não temos sistema de som, não temos absolutamente nada, câmeras funcionando, saber dessa situação aí, que o que se contempla já parte de um projeto básico, já parte de uma ideia maior, não vou chegar a tanto detalhamento, mas de uma ideia maior de realmente configurar essa questão. O reordenamento das Coordenadorias, nós vamos fazer um ano que entregamos aquele material, não nos reunimos mais para discutir, antes que o Senhor nos responda isso, eu só quero dizer o seguinte, o nosso Presidente está falando muito de gordura, eu quero comparar essa gordura, dizer



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

que tem o orçamento picanha, picanha ao avesso, você já comeu uma picanha ao avesso? Você já fez uma picanha ao avesso? Em que o senhor corta a carne, mete a mão lá dentro, puxa a gordura das entranhas para fora, põe as gorduras para fora, que elas é que vão derreter na brasa e lá dentro o senhor recheia com o sabor do cliente, ou do seu próprio sabor e a cada fatia que corta é contemplado aquele recheio. Esse orçamento picha, ou seja, que eu possa participar do sabor da gordura, porque uma gordura que aparece, mas eu não discuto onde ela é aplicada, Presidente, essa gordura para mim se derrete na brasa, pinga e vai ser perdida, o que eu quero dizer é exatamente isso, nós aglutinamos, Doutora Jussara, todas essas verbas de oitenta mil reais (R\$ 80.000,00) das Coordenadorias sabe por que? Porque nós não temos o que o senhor falou, eu falei quatro (4) anos aqui, de planejamento estratégico ou de metas. Sabe por quê? Não é que a Coordenadora ou Coordenador vai ter que ir atrás do DEPLAN para saber ou pedir orientação sobre o que eu tenho que fazer, primeiro é dever da Coordenação ter planejamento, que integra o planejamento maior da administração, mas como? A administração não tem planejamento nem metas, nós temos que aglutinar isso que está vindo de cima para baixo, não estou falando de autoritarismo, mas de estratégica orçamentária que é o único jeito, ela não tem que vir de cima para abaixo, porque não teve movimentação de baixo para cima, então, eu estou realmente envelhecendo no Ministério Público e não conseguindo ter essa possibilidade de ver um planejamento em que o Procurador-Geral se torne um gerente, um gestor, ele não vai reinventar a roda, o candidato a Procurador-Geral não vai precisar fazer plataforma de campanha, a minha campanha vai ser cumprir o planejamento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

estratégico ou reformá-lo na época que precisa e o eleitor vai escolher o perfil de quem tem capacidade administrativa para aquilo, ele não vai inventar, ele não vai negociar, ele não vai, enfim, nada disso, por quê? Porque a Classe foi ouvida, os servidores foram ouvidos, todo mundo foi ouvido e ali está o que o Ministério Público tem que fazer, o que se espera do gestor, o Procurador-Geral quer cumprir aquilo ali, então é nessa preocupação que eu digo, que nós não temos porque, não temos hoje como questionar a motivação, porque não temos metas, por exemplo, nós vamos entrar dois mil e dezesseis (2016), ai eu volto que a Doutora Maria José tem razão, não é discutir orçamento número, porque discutir número, evidentemente só depois que a SEFAZ nos dá aquele material, mas desde de janeiro esta casa já poderia estar debatendo com os seus servidores, com os seus Promotores, com os seus Procuradores, quais são as prioridades, a partir de um planejamento que está se revendo, planejamento para cinco (5) anos, para seis (6) anos e vai revendo, nós poderíamos estar discutindo metas, nada impede, eu não tenho preocupação, ai eu digo também que a janela não é curta não, da SEFAZ, é curta porque nós não podemos discutir, não tem dito discussão, se nós tivéssemos discutido em janeiro, agora, nós entregávamos para o DEPLAN, aquele calhamaço de ideias nossas e ele ia filmar e dizer, olha não se absolve tudo, só pode isso, vai ter que cortar alguma gordura ai e ai a gente corta isso e está definido, o quinto não é curto não, nós é que nos encurtamos, como colegiado, como administração, por que não participamos, não exigimos, não fizemos o debate. Professor, a única etapa que teve do planejamento estratégico aqui que foi feito, foi aos trancos e barrancos, está ai a Adelina que não me deixa mentir, Abensur, outras pessoas, é da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

cultura, primeiro nós temos que tirar essa cultura, Procuradores mesmos, Promotores eram chamados para o auditório e iam se arrastando como que diziam, vamos ver esses caras falando de missão institucional, aquela primeira fase, esse negócio chato, de pedagogia de não sei o quê, gráficos, enquanto os Ministérios Públicos do Brasil avançando, já, todos com o planejamento estratégico, nós estamos aqui discutindo isso aqui, preocupado com a janela curta, então eu encerro para dizer isso, eu acho que tudo se resume no que o senhor disse naquela hora, nós não temos planejamento estratégico e por isso que eu quero que a gente possa pegar o que dever, se tivesse tempo, eu acho que nem vai dá, tivesse um tempo para a gente poder dizer, olha, queríamos priorizar isso aqui, estes três (3) pontos aqui e fizéssemos um módulo, porque veja, a administração não tem trezentos e sessenta e cinco (365) dias, a administração pública tem cento e pouco dias, porque tudo é curto, e edital para isso, é licitação para aquilo, recurso para aquilo, a administração não tem trezentos e sessenta e cinco (365) dias e a gente encerra, é preciso avaliar, Presidente, porque eu soube, por exemplo, que a aquisição para carro da Assessoria Institucional, até hoje o projeto básico não estava pronto, o projeto básico, isso já vem se questionando há muito tempo, até chegar na licitação para fazer um projeto básico da compra de carro para a Assessoria Institucional, de Segurança Institucional e fica ter que minguar carro dos outros aqui, tem coisas aqui que internamente precisam ser reavaliadas, vou lhes falar com muita precisão, nós precisamos ter planejamento, execução e avaliação, avaliação concomitante e avaliação posterior dos indicadores para saber se nós



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

alcançamos o que fora projetado, o que fora meta, se não, nós vamos ter que dobrar a meta, mesmo que nós não tenhamos meta, mas quando atingimos a meta, deixamos a meta aberta e aí a gente dobra a meta quando chegar. Em seguida, o Sr. Presidente disse: A nossa visão, até a título de desabafo, Dr. Públio Caio, ele tem razão, é indiscutível, não dá mais para a gente ficar aqui conversando, deveria, o senhor está certo, deveria ter pensado, deveria ter se discutido, tem que ter planejamento estratégico, independente de quem quer que seja o Procurador-Geral, mas enfim, a nossa visão é daqui para frente, o Professor veio com essa visão também, nós vamos ter o planejamento estratégico com todo mundo, com consultoria interna que está vindo, que assessorou os demais órgãos ministeriais do Brasil, até que a gente já possa fazer isso com a projeção para o ano que vem, já está em execução. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Dr. Públio, agora que eu entendo porque que o seu pai lhe deu o nome de Públio, o Senhor certamente deve conhecer o Senador Públio Lântulo, que era um tribuno como o Senhor aí, determinado, que gostava de confusão, confusão lá no Senado Romano, não no Colégio de Procuradores aqui. Em seguida, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Antes de ser da área do direito, eu sou filósofo e o filósofo é o maior criador de confusão. Com a palavra, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Graças a Deus eles existem para isso, porque se nós ficássemos acomodados, nós estaríamos na idade da pedra e o incômodo dos filósofos e dos tribunos que é faz a humanidade avançar, então, portanto, está muito bem, olhe, tem uma revista chamada "Interesse Nacional", ela é publicada trimestralmente e eles reúnem a cada trimestre, um tema básico e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

eles chamam os melhores especialistas para discuti-lo. Em dois mil e doze (2012), dos mil e treze (2013), eles reuniram todos os Ministros do Supremo para discutir quais foram os avanços na administração da justiça, depois da reforma de dois mil e quatro (2004), que criou o CNJ e que criou o CNMP e eles queriam saber o que tinha efetivamente acontecido de essencial na administração da justiça, a partir do Poder Judiciário e todos os Ministros se manifestaram, se o senhor tiver curiosidade eu tenho os textos todos, diz que o principal ganho que a administração e a justiça tiveram nesse processo de planejamento institucional, ao lado dos inventários, dos números, do quantitativo, dos indicadores de eficiência, etc, etc, etc, eles apontaram um ganho essencial, a institucionalidade das ações da administração da justiça, ou seja, institucionalidade entendida como o movimento das instituições, em função daquilo que a Instituição como instituição quer, deseja, precisa e não em função dos seus administradores, não em função da vontade das pessoas e sim do papel, da função, da demanda social, a partir de determinado momento, o grande ganho foi esse, você ter a instituição funcionando a partir das razões institucionais e não das razões tópicas, provisórias, deste ou daquele gestor que obviamente se passa, então vale muito apenas isso, porque eles foram na essência que é a questão que nós estamos discutindo. Planejamento estratégico não é a proposta deste ou daquele, mas é o recrudescimento da Instituição, a luz dos cenários que vão mudando, a fim de que ela cumpra em seu papel perante a sociedade, então nós estamos de acordo, nós fizemos um estudo da situação do Ministério Público, oportunamente já tivemos oportunidade de apresentá-lo aos nossos colegas da área meio e também uma parte ao Dr. Fábio, em que nós examinamos essas circunstâncias que o Ministério Público tem vivido aqui, à luz de todos os avanços que a administração da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

justiça de um modo geral teve, desde dois mil e quatro (2004) para cá, ou seja, não é uma demanda, eu lembro aos senhores, é uma imposição que a sociedade que nos fortalece e nos fundamenta, são dinâmicas sociais que se impõe como obrigatórias, sob pena de nós nos tornarmos obsoletos, despidiendos, vamos dizer assim, na dinâmica social, então nós concordamos e foi baseado nesta premissa, a vontade do Procurador, que me motivou receber a minha aposentadoria de Professor com quarenta e um (41) anos de atividades e no dia seguinte começar este trabalho no Ministério Público que me tem levado das oito horas (8h) da manhã até dez horas (10h) da noite, todos os dias, na condição de aposentado, porque eu estou aqui com esse interesse de ajudar os senhores a cumprir essa missão institucional face uma demanda que a sociedade tem perante o Ministério Público que é a voz da sociedade. Então voltando aos objetivos que o senhor mencionou, a segurança institucional está prevista, não há um projeto básico como o senhor disse, mas uma reserva de recurso e um estabelecimento explícito nas metas que estão colocadas para essa finalidade. A questão de que o senhor se referia dos gastos de informática, de fato assim deveria ser, nós entretanto nos louvamos no Plano Diretor de Informática que acabou de ser concluído por uma Comissão aqui do próprio Colégio, eu não sei que o senhor participa, mas tem uma Comissão que participa, apresentou um Plano Diretor muito detalhado, com todos os aspectos e aí eu gostaria de dizer que na questão de informática, nós temos quatro (4) grandes áreas, que nós entendemos premente, uma é a questão de **governança**, que é a governança em si, que trata de segurança, que trata de gestão de risco, se de repente a nossa área de computação pifar, nós estamos todos "off lines" e com um problema muito sério para ser tratado, então, é a questão de governança que é muito séria, você tem de acompanhar a reposição do parque, etc, etc, etc. O outro grupo de atividade, são os **soft wear básicos**, aqueles que dão suporte à nossa atividade do dia a dia, word, winds, essas coisas que estão ligados "firewall" que impede que vírus nos atinjam e que a gente sequer tem conhecimento, mas você tem lá o servidor, tem uma série de software que estão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

escondidos, mas que fazem parte desta estrutura básica, isso é outra área que precisa estar o tempo todo atualizada. **O terceiro são os grandes soft wear que nós usamos de terceiro**, soft que a PRODAM tem, soft wear que o Tribunal de Justiça tem, que precisa estar abrigados aqui com o acompanhamento permanente das suas atualizações. Quando o Tribunal de Justiça atualiza soft wear, ele não pergunta se o nosso servidor tem capacidade de receber, eles não perguntam se os nossos discos estão no limite, nós é que temos de nos antecipar a isso e isso hoje é um problema. Por último nós temos a área dos **serviços novos, dos sistemas novos**, soft wear que devem ser desenvolvidos ou comprados de alguém para dar vazão a essa demanda por serviços que são feitos, serviços nossos próprios ou serviços comuns a todo o Ministério. Quando nós falamos do MP Virtual, certamente o termo, ele é uma metáfora que envolve primeiramente você saber o que quer do MP Virtual, quais são os sistemas e isso voltamos à questão do planejamento. Se você não souber que tipo de sistema, que tipo de serviço você deve prestar à sociedade, como eles estarão integrados, o que é básico para isso, se você não tem, por exemplo, uma boa gestão, uma coisa simples que são as tabelas unificadas, taxinomia, que hoje é praticada no âmbito da justiça, mas também no âmbito do Ministério Público, hoje não apenas para a área fim, mas também para a área meio, só não ter isso devidamente gerenciado, você não faz sistema nenhum que tenha interoperabilidade, conexão, integração com qualquer outros sistemas que a justiça está operando, ou seja, nós queremos o MP Virtual, mas por trás desse MP Virtual tem que ter um conjunto de providências prévias para sistematizar de fato o que é necessário, o que queremos e o que é necessário para colocar isso, no caso na informática nossa, hoje, é o básico que está se querendo, é uma simples atualização da infraestrutura tecnológica, de recursos para presibilidade, que já estão funcionando e que não nos damos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

conta para completar coisas que os senhores estão demandando aqui neste próprio auditório, então, nós nos louvamos para fazer esta estimativa nesse Plano Diretor que foi reformulado e que concluímos a maior parte dos itens, alguns projetados para 2017 porque a demanda lá é muito grande. De qualquer maneira isso se torna mandatário, obrigatório, no QDB, no detalhamento o senhor não vai ver isso, mas no PPA o senhor vai ver a referência com as diversas coisas que eu citei aqui e uma remessa para o Plano Diretor que é um documento oficial da Instituição, mas este Plano Diretor ele está sendo feito sem o suporte, um planejamento estratégico, isso nasceu da cabeça dos que estão lá, mas fora deste âmbito maior, tanto do que ocorre na Instituição, quanto o que ocorre no resto do Brasil, em todos os MPs. Então, portanto, resumindo, tem o detalhamento baseado neste Plano Diretor, que não obstante é o Plano Diretor que ainda não está encaixado ao planejamento geral da Instituição. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse: Professor teria muita coisa, este é o Professor José Alberto. Com a palavra, o Procurador **José Roque Nunes Marques** disse: Estamos encerrando a sessão, quero parabenizar aqui o Professor José Alberto, acho que está explanação de hoje, mas que na discussão do orçamento é um olhar para o Ministério Público do futuro e certamente essa não será a última vez, foi a primeira mas não será a última, que comparecerá a este plenário para nós discutirmos essa questão tão importante, eu quero parabenizá-lo, eu acho que nós temos uma projeção de planejamento estratégico, de esmiuçamento de todas essas demandas que hoje estão em dia, então, como nós temos uma série de questões ainda a serem discutidas neste órgão colegiado, não tenho mias oportunidade de falar, mas elogiar o trabalho neste curto espaço de tempo que teve, de esmiuçar uma informação represada na Secretaria de Fazenda e transformar em tantos dados importantes e incluir o envolvimento de Vossa Excelência, nesse período tão curto já do Ministério Público, isso mostra que já se assenhorou de todas essas questões, claro que essas demandas dentro do órgão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

colegiado vão sempre existir, nós temos as nossas demandas individuais, mas tenho certeza de que todos os nossos membros neste Colégio estão muito felizes com a explanação colocada, orgulhosos de ter Vossa Excelência na nossa presença, até mais um filósofo para contestar o outro filósofo é importante, mas certamente teremos outras oportunidades. Parabens Vossa Excelência pela explanação e a Administração pela belíssima escolha. Prosseguindo, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Eu gostaria, então, de encerrar, agradecer e dizer que ele é filósofo, mas filósofo cristão, é professor e a única coisa que falta é ele nos convidar para comer picanha. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Inclusive, eu queria registrar, claro, nós estamos muito felizes com a vinda do Professor José Albero aqui, tem contribuído muito e claro, não se faz nada sozinho. A Diretora-Geral, Dra. Adelina que juntamente com toda a equipe, Abensur, o DOF, Afrânio, no Planejamento, enfim, realmente eles têm sido lá comigo quase que diariamente, dizem, Doutor e agora? Não, vamos dá um jeito, vamos entrar pela noite, tem que encaminhar, tem que discutir, concordo com isso, Dr. Públio, essa é uma mudança de mentalidade, paradigmas tem que ser ultrapassados, já avançamos aquilo que para esse ano não chegou nem a ser tratado aqui, ainda continua longe do ideal, o ideal é exatamente o que a Doutora Maria José colocou, nós já conseguimos desde o início do ano que vem já trazer, fica mais fácil, nós vamos trazer aqui, como eu disse a Vossas Excelências há alguns meses atrás, tudo vai ser programado com planejamento estratégico, discussões profundas com este viés... Interrompendo, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** disse: Só para lembrar que ainda teremos de ter uma reunião formal só de aprovação do orçamento para ser remetido... Eu concluo exatamente com isso, nós vamos encerrar essa reunião, nós vamos precisar de dez (10) minutos para tratar em uma reunião do Conselho aqui, mas antes de concluir, já conclamando aos senhores, duas questões, vai ser distribuído para relatoria, porque esse material que os senhores receberam foi concluído ontem dez (10)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

horas da noite, então, portanto, por isso que ainda não foi encaminhado para a Diretoria, mas já vai ser entregue para a relatoria agora, claro e aí na terça-feira nós temos a extraordinária aqui para deliberar sobre esse orçamento. Certo? E pelo que ficou combinado, na terça-feira passada, não é isso, no que diz respeito ao concurso, nós iremos receber sugestões, a Comissão receberá sugestões de Edital para que reúna com a Doutora Noeme, a relatora, evidentemente em cima daquilo que vem como contribuição e aí na quarta-feira nós temos a outra extraordinária para tratar do Edital, essa é a ideia então. Em seguida, o Doutor **José Alberto da Costa Machado** disse: Eu cometi de fato um lapso, eu gostaria de registrar, agradecer, eu fui recebido com muita generosidade pelos executivos lá da Diretoria-Geral, D. Adelina, o Abensur, todo o grupo, Eliana, Leandro, Viviane, enfim, todo o grupo que compõe os executivos da Diretoria e particularmente nestes dias tive o apoio incontestado e até alta hora da noite, da equipe que lá está, em particular, as Senhoras Anne, Jaqueline e do Sr. Afrânio que estão aí na plateia acompanhando. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Obrigado, Doutor José Alberto. **V – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,, **André Virgílio Belota Seffair**, Secretário Ad Hoc, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

CARLOS FÁBIO BRAGA MONTEIRO

Presidente do e. Colégio de Procuradores de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

FLÁVIO FERREIRA LOPES
Membro

CARLOS ANTONIO FERREIRA COÊLHO
Membro

NOEME TOBIAS DE SOUZA
Membro

SILVANA MARIA MENDONÇA PINTO DOS SANTOS
Membro

SUZETE MARIA DOS SANTOS
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Membro

MARIA JOSÉ DA SILVA NAZARÉ
Membro

MARIA JOSÉ SILVA DE AQUINO
Membro

JOSÉ ROQUE NUNES MARQUES
Membro

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

PÚBLIO CAIO BESSA CYRINO
Membro

ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE
Membro

JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS
Membro